



A ESPINHA

DIRECTOR (INTERINO): ANTÓNIO F. GAIO

SUBDIRECTOR (INTERINO): ANTÓNIO A. SANTOS

ANO 44 / N.º 2241 / 15 DE MARÇO DE 1975 / PREÇO 2\$50

AUMENTOS — PORQUÊ?

A constante alta do custo de vida preocupa a maioria do povo português, que vê os seus salários insuficientes para responderem aos actuais preços dos produtos.

Os bens de consumo de primeira necessidade — o bacalhau, o açúcar, o leite, etc. — têm na realidade sofrido um aumento incompatível com o rendimento da maioria da população. *Mas que factos terão provocado este fenómeno?*

Será que a causa desta alta de preços é o 25 de Abril? Antes não subia o custo de vida? Claro que sim, «mas se o 25 de Abril foi um movimento que pretende implantar em Portugal um regime que defenda as classes mais desfavorecidas, isto não se pode compreender», afirmam muitos, alarmados, preocupados com uma situação difícil e verdadeiramente grave.

Mas pensemos um bocadinho! Será culpa do 25 de Abril e do Governo Provisório esta subida do custo de vida? Terá sido por vontade própria que os componentes do Governo decretaram este aumento?

Os bens que adquirimos no mercado são produzidos por trabalhadores ao serviço de quem?

As matérias primas, as máquinas, as ferramentas, as instalações estão nas mãos de quem? É um pequeno grupo que possui os meios de produção e que, por isso rege a economia. A quantidade de produtos lançada no mercado, os salários a pagar, as máquinas a adquirir, etc., são variáveis dependentes da vontade dos produtores, dos capitalistas.

Quem beneficia dum aumento do custo de vida?

Da quantidade produzida num ano por uma economia uma pequena parte é entregue aos trabalhadores em forma de salários, ficando a maior parte do produto global nas mãos dos produtores.

Podemos concluir, então, que a economia dum sociedade capitalista, como a nossa, é regida pelos produtores, em função dos seus interesses particulares e não de acordo com as necessidades do grosso da população. A subida de preços é por conseguinte determinada de acordo com a vontade dos capitalistas, afim de responder às suas ânsias de lucro.

É esta uma análise geral, teórica, que nos permite perceber o mecanismo da sociedade capitalista. Mas atentemos no que se passa à nossa volta. Aproveitando-se dos recentes aumentos de preços, a reacção lança uma campanha, pretendendo culpar o M.F.A. e o Governo Provisório deste facto, alegando que nos encontramos numa situação pior após o 25 de Abril. É claro que os objectivos destas calúnias se tornam evidentes, desejando os grupos reaccionários, altamente ligados aos grandes monopolistas e latifundiários, criar uma vaga de descontentamento geral na população, o que abriria as portas ao regresso da ditadura fascista.

Qual a relação entre aumento de preços e a revolução democrática?

Na zona norte do País, a mais afectada

(Continua na pág. 2)

Momento Político

Estamos a dois passos das eleições para a Constituinte. Os Partidos escolheram os seus candidatos e todos nos preparamos para assistir e participar pela primeira vez, depois de 50 anos de ditadura, na primeira campanha eleitoral em liberdade.

O processo revolucionário iniciado pelo 25 de Abril prosseguiu até hoje, com alguns sobressaltos, mas sem alterações, ao definido no Programa do M.F.A.. O momento actual é de reflexão, é de construção de bases e de posições para vitórias futuras do Povo Português. A necessidade de as forças democráticas e populares definirem posições relativamente à actual evolução das condições é imperiosa.

Apesar da estrutura económica da sociedade ser a base do poder político, da superestrutura estadual, é frequente traçar-se um paralelo demasiado rígido entre a hierarquia do poder na estrutura económica, por um lado, e a do poder na estrutura política do Estado. Este paralelo é, sem dúvida, correcto a longo prazo ou como tendência geral, mas existem excepções que vão justificar a regra, mas que nem sempre são examinadas com correcção. É o caso da situação transitória existente em

Portugal, post-25 de Abril. Assim, estas forças políticas qualificam o Governo Provisório como algo dependente directamente dos monopólios e nascido deles, portanto uma interpretação que não aceita a excepção mas aplica a lei à letra, totalmente desligado da realidade social. Outros, mais ingenuamente, acreditam que com o 25 de Abril a repressão económica desapareceu com a repressão política. É principalmente esta última tendência que é necessário combater, quer mostrando a toda a gente a realidade social existente, nua e crua, quer combatendo com energia o oportunismo de determinados partidos nascidos depois do 25 de Abril.

É necessário consciencializarmo-nos da grave situação económica e financeira em que o país se encontra, e que tem como causa a sabotagem sistemática efectuada pelos monopólios e latifundiários, os primeiros, retirando das empresas os capitais criados pelos trabalhadores, obrigando aquelas a caminhar para a falência, e os segundos, abandonando as terras incultas. Todo este processo provoca consequentemente a subida

(Continua na página 2)

A reacção não passou nem passará!

Mais uma vez a reacção tentou levar a cabo os seus sinistros intentos! Desta vez, não da forma «subtil» usada no 28 de Setembro, mas sim com derramamento de sangue português. Os reaccionários, viciados ainda nos sanguinários métodos de antes de 25 de Abril, não hesitaram em atacar directa e violentamente a jovem Democracia Portuguesa. Mas, mais uma vez também a víbora reaccionária foi esmagada, tal como o será sempre que tentar inocular o seu repugnante veneno.

Em Espinho, e logo no próprio dia dos acontecimentos, os partidos políticos verdadeiramente democráticos, com o apoio das massas populares, promoveram uma grandiosa manifestação que teve o seu início no largo fronteiro à Câmara Municipal e que depois, em significativo desfile, se dirigiu ao quartel da G.A.C.A. 3, traduzindo assim o apoio das massas populares ao Movimento das Forças Armadas.

A redacção da D.E. regozija-se com esta vitória e proclama «VIVA A UNIDADE DO POVO COM O M.F.A.»

INQUÉRITO

ACESSOS A ESPINHO

No Inquérito publicado no último número da «D.E.», em que se pedia fossem mencionados os principais problemas da cidade, um dos mais focados foi o dos acessos. Na altura, prometemos ocupar-nos desse caso. No passado domingo, saímos para ouvir cinco opiniões de pessoas não moradoras em Espinho, já que a opinião dos Espinhenses todos a sabemos de há muito.

Pusemos aos nossos entrevistados três perguntas:

- 1) — QUE ACHA DOS ACESSOS A ESPINHO?
- 2) — COSTUMA VIR CÁ FREQUENTEMENTE?
- 3) — SE OS ACESSOS FOSSEM MELHORES, VIRIA CÁ MAIS VEZES?

Foram estas as respostas que obtivemos:

Renato Azevedo, comerciante, São João da Madeira:

- «1) — São bastante maus. E este problema das passagens de nível, é também necessário resolver.
- 2) — Sim, frequentemente.
- 3) — Claro. A ligação entre a EN 1 e Espinho, por Nogueira da Regedoura, é péssima.»

Manuel Palhares, bancário, Porto:

- «1) — São horríveis. Vindo pela auto-estrada, até aos Carvalhos, é melhor, mas bastante mais longe.
- 2) — Costumo, normalmente no verão.
- 3) — Sim, sem dúvida.»

Do nosso terceiro entrevistado não conseguimos saber o nome, sabendo apenas ser dos Carvalhos. O ruído do comboio que no momento passava, aliado ao enervante e altissonante barulho das famigeradas campanhas da passagem de nível da Rua 7, dificultaram e muito a gravação. Eis, no entanto, o que conseguimos perceber do seu depoimento:

- «1) — São, de facto, muitíssimo maus.
- 2) — No Verão, passo sempre cá o mês de Julho, há muitos anos já.
- 3) — Com certeza.»

Manuel Oliveira Pinhal, médico, na cidade de Aveiro:

«1) — Os acessos são francamente maus. Dentro do que conheço, pois conheço mal Espinho.

2) — Não, normalmente só de passagem. É a primeira vez que venho à parte baixa.

3) — Sim, mas geralmente quando vou ao Porto, evito passar por cá, precisamente devido ao mau estado das estradas.»

Manuel José Fernandes, agente comercial, Porto:

- «1) — Muito maus
- 2) — Sim, muitas vezes.
- 3) — Bom, de qualquer maneira, venho, porque gosto muito disto.»

Após ouvirmos estas opiniões, ficámos com a sensação que, até certo ponto, nem valeria a pena fazer o Inquérito, tão evidente é o estado caótico das estradas que conduzem a Espinho.

Das cinco pessoas por nós abordadas, nem uma se pronunciou favoravelmente aos acessos. Se tal acontecesse, estaríamos certos tratar-se de um proprietário de uma oficina de reparações, que são de facto quem mais lucra com as «picadas» que nos servem.

É anacrónico e lamentável que, em 1975, as entradas quer a Norte, quer a Sul, quer a Este, ainda fiquem a dever muito às vias romanas que, há cerca de 2000 anos cortavam a Península Ibérica em todas as direcções.

Mas o caso não é para brincadeiras. De há muito que ouvimos a promessa de que estaria para breve o melhoramento da entrada a Norte, sem dúvida a de maior movimento, e, quanto a nós, a que em piores condições se encontra. Com a construção da Ponte da Arrábida, da Auto-estrada e do troço até Miramar, Espinho acalentou a esperança (de ilusões também se vive!) de ter em breve uma entrada apropriada ao seu movimento de cidade. Acontece, porém, que a estrada ficou por Miramar, continuando a ligação até Espinho por meio dum via estreita, apinhada de buracos (sobretudo quando chove) sem espaço para peões, e a partir da Granja, com paralelos gastos, poidos, a pedir reforma, que

(Continua na pág. 2)

- Página 4
ESCOLA VIVA
- Página 5
ESPINHO E AS ELEIÇÕES

Aumentos — Porquê? Momento Político

(Continuação da 1.ª pág.)

pelo agravamento do custo de vida, o aumento foi de 17 por cento entre Janeiro e Abril (últimos meses do fascismo) e de 12 por cento nos restantes meses. Em Lisboa, de um aumento de 17,9 por cento, tivemos 10,9 por cento nos quatro primeiros meses. *Aumentaram mais os preços em quatro meses de regime fascista que em sete de democracia.* Para a zona norte, que neste aspecto reflecte a situação do país, de uma taxa média de 4,3 por cento no fascismo passamos para 1,8 por cento em democracia, verificando-se nos últimos meses do ano uma diminuição relativa de preços.

Por outro lado, a guerra colonial era a principal causa da inflação em Portugal, já que grande parte das despesas consignadas no Orçamento eram despesas militares, por consequência improdutivas (sommas monetárias não utilizadas na produção de bens) e parasitárias, levando à criação de moeda e ao aumento da sua circulação, provocando um excesso dos meios de pagamento, não correspondentes ao valor efectivo do produto conseguido anualmente no País, tornando-se a procura superior à oferta, subindo automaticamente os preços dos bens.

Com o processo de descolonização, embora se continuem a fazer excessivas despesas militares, nota-se inevitavelmente uma diminuição da inflação.

Mas, os monopólios com domínio na banca comercial, com o poder da fixação dos preços assim como a sua ligação e nossa dependência económica face às potências capitalistas europeias e norte-americanas onde a crise e a inflação são grandes, continuam a existir e a exercer grande influência na economia nacional.

Os aumentos recentemente verificados nos produtos de primeira necessidade (bacalhau, energia eléctrica, gás e açúcar) vão agravar a débil situação económica em que vivem as classes trabalhadoras, tornando-se urgente uma tomada de posição frente ao constante poder dos monopólios, o principal inimigo da democracia, quer no campo económico, como nos campos político e social.

Apelando para uma acção imediata e eficaz das forças progressistas, deixamos aqui presente a posição do Programa do M. F. A. face a este problema: «...é preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista».

M. G.

(Continuação da 1.ª pág.)

do custo de vida traduzida na última alta de preços, lançando numa maneira geral a nossa economia num estado crítico. Este processo de boicotagem económica efectuado pelo capitalismo nacional apoiado pelo imperialismo estrangeiro é acompanhado por uma campanha de boatos, de descrédito, anti-democrática e que é lançada a nível nacional e internacional. A tónica dessa campanha é o perigo da instauração dum regime comunista, o que afectaria bastante o «equilíbrio» dos países capitalistas, e a sangria que os comunistas estariam realizando no nosso país, empalmando padres, queimando igrejas, etc...!

Entretanto, não poderemos descurar as restantes manobras que o imperialismo internacional urde, através das suas organizações de «intervenção», AID e CIA; e contra as quais devemos estar alerta já foram encontrados centros de actividade da tenebrosa CIA. Os órgãos de informação lançam constantes apelos à unidade das organizações verdadeiramente democráticas e à vigilância popular a par de notícias alarmantes. Assim encontra-se actualmente em Portugal um grupo de cientistas Norte Americanos que, sem prévio contacto com as autoridades portuguesas, vieram até cá para discutir problemas ligados à Patologia e à Biologia aproveitando o período da Primavera. Que rica Primavera!

Neste momento as organizações políticas, nomeadamente os partidos da coligação, definem posições, alguns ainda vacilantes, outros já conscientes dos interesses a defender.

No entanto, apesar da agudização das contradições, a hora é de UNIDADE. É necessário travar o passo à reacção, que continua muito activa: procurando dividir o Povo Português e destruir a sua aliança com o M.F.A.! É preciso destruir o poder dos monopólios que ameaçam a nossa democracia, lançando o Povo na miséria! É necessário impedir a acção do imperialismo estrangeiro que ameaça a nossa independência nacional! O 28 de Setembro está bem fresco na nossa memória. Ainda me lembro do aviso exclamado por alguém nessa noite inesquecível!

LEMBRAL-VOS DO CHILE!!!

J. M.

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS E FÚNEBRE FAMILIAR DE ESPINHO

Assembleia Geral Ordinária

Pela presente convido os dignos consócios a reunirem em Assembleia Geral, na sede desta Associação no dia 23 do mês corrente, pelas 10 horas, a fim de tratar da seguinte

ORDEM DO DIA:

Leitura e aprovação do Relatório, Contas e Parecer do Conselho Fiscal, referente à Gerência de 1974.

Antes da ordem do dia e por um período de tempo limitado a 30 minutos, podem ser apresentados assuntos de interesse associativo, para serem tomados em consideração pela Direcção ou tratados em futuras assembleias gerais.

Se no dia acima indicado não estiver presente metade dos sócios, número legal para o funcionamento da Assembleia, ficam desde já avisados os senhores associados, de que a mesma se realizará no dia 30 de Março, à mesma hora, reunindo então com qualquer número de sócios, uma hora depois da marcada.

Espinho, 15 de Março de 1975.

O Presidente da Assembleia Geral

Lusitano Gil

As contas da Associação estão patentes ao exame dos senhores associados, na Secretaria, todos os dias úteis, das 15 às 17,30 horas.

O Secretário da Direcção

José da Silva Fernandes

Explicações

LATIM e PORTUGUES (todos os graus) por professor diplomado. Em pequenos grupos ou individuais. Rua 18 n.º 118 — Espinho

Inquérito

(Conclusão da 1.ª pág.)

são uma autêntica ratoeira para o automobilista desprevenido.

Já propriamente dentro da cidade, a seguir à Ponte de Anta, uma série de curvas e contra-curvas, com os mesmos paralelos gastos, que já muita gente têm obrigado a derrapar. Ao Sul, o problema não difere muito — os mesmos paralelos, o mesmo alcatrão esburacado, a mesma exiguidade de via, os mesmos perigos. «A Este nada de novo...» É caso para dizer que os pontos cardiais mudam, só a estrada não varia...

Sabemos perfeitamente que o Governo Provisório tem tarefas mais importantes a resolver. Isto não impede que, num cantinho da lista, se ponha este problema. Esperamos que se confirme o ditado: «quem espera sempre alcança». Só que, enquanto esperamos, vão havendo desastres, mortes e engarrafamentos. É urgente a resolução deste problema; o próprio Espinho-Turístico está sendo altamente comprometido. Como a maior parte dos nossos entrevistados nos disse «viriam cá mais vezes se as estradas fossem melhores.»

Como se vê, não é ponto a menosprezar a solução deste caso, que se quer rápida, já que muito se tem esperado...

N. B. e F. N.

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS ESPINHENSES

RUA 16 — ESPINHO

Assembleia Geral Ordinária

Convido os Senhores Associados a reunir em Assembleia Geral Ordinária a realizar nas nossas instalações, no dia 25 de Março de 1975, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º Leitura da acta da última Assembleia;
- 2.º Apreciação e aprovação das contas da gerência de 1974;
- 3.º Discussão de qualquer assunto de interesse para a Associação.

Espinho, 1 de Março de 1975.

O Vice-Presidente em exercício
Francisco Gomes de Castro

Aviso: Se à hora marcada não estiver a maioria dos Associados, a Assembleia funcionará uma hora depois da marcada, com qualquer número de sócios.

Dr. Cerqueira Fernandes

Solicitador

Rua 26 n.º 335 (ângulo da Rua 11)
Telef. 921423 — ESPINHO

O NOSSO CAFÉ

SOCIEDADE COOPERATIVA

CAFEEIRA DOS CEM, S. C. A. R. L.

ESPINHO

Convocatória

Nos termos da Lei e do Artigo 33.º dos Estatutos, são convocados os senhores Accionistas da SOCIEDADE COOPERATIVA CAFEEIRA DOS CEM, S.C.A.R.L., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar na sua sede Social, sita à rua 8 n.º 603, em Espinho, no dia 29 de Março de 1975, pelas 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DA NOITE

- 1.º Meia hora para discutir qualquer assunto que interesse à sociedade.
- 2.º Apreciar, aprovar ou alterar o Relatório, Balanço e Contas, apresentadas pelo Conselho de Administração, relativos ao Exercício de 1974 e Parecer do Conselho Fiscal.
- 3.º Esclarecimento pela Administração da Sociedade sobre as obras em curso e posição das mesmas.
- 4.º Posse dos Corpos Gerentes da nossa Sociedade para o biénio de 1975/1976.

No caso de a Assembleia não poder funcionar à hora indicada por falta de número suficiente de Accionistas, reunirá uma hora depois, com qualquer número de Accionistas.

Espinho, 5 de Março de 1975.

O Presidente da Assembleia Geral
Carlos Vieira Pinto Júnior

JOAQUIM GOMES PEREIRA

Electricista de Automóveis

Montagem de auto-rádios, aparelhagem electrónica para verificação de alternadores, Bobinagem de dinamos e motores, Testes, eléctricos e Focagem de faróis.

(Serviço Móvil)

Rua 15 — Telef. 921900 — ESPINHO
Residência — Telef. 964194

Centro Fotográfico

Alvaro Nunes de Pinho

Tudo para Fotografia e Cinema

RETRATOS
RELOJOARIA

Rua 8 N.º 645 ESPINHO

Aprendiza

Para cabeleireira — Precisa-se

Resposta à Redacção ao N.º 75

DEFESA DE ESPINHO

SEMANÁRIO

FUNDADOR

BENJAMIM COSTA DIAS

REDACÇÃO

ALEXANDRE FALCAO
FAUSTO NEVES
JOSE JOAO MAIA
JOSE PINTO
MORAIS GAIO
NUNO BARBOSA
VITOR SOUSA

PROPRIEDADE

EMPES — EMPRESA DE
PUBLICIDADE DE ESPINHO, LDA.

Redacção e Administração

RUA 19 — N.º 62

TELEFONE, 921525

AVENÇADO

Composição e Impressão

OFICINAS GRÁFICAS DA

CASA NUN'ALVARES

Rua de Santa Catarina, 630

PORTO

POLÍTICA — HOJE

Após termos publicado os nomes dos candidatos do MDP/CDE à Assembleia Constituinte, pelo Distrito de Aveiro, mencionamos hoje os candidatos dos restantes Partidos representados em Espinho:

PARTIDO SOCIALISTA

Carlos Candal, advogado; Mário Cal Brandão, advogado; Alcides Strecht Monteiro, advogado; Manuel dos Santos Pato, engenheiro; José Silva Lopes, operário metalúrgico; João Oliveira Neves, bancário; José Fragateiro, professor do Ensino Secundário; Maria Fernanda Navega de Barros, conservador do Registo Civil; Manuel da Costa e Melo, advogado; Joaquim Clemente Júnior, agricultor; Dinocrato Formigal Costa, empregado de escritório; José Pinto da Silva, empregado de escritório; Manuel Carvalho dos Santos, electricista; Manuel Rodrigues Lapa, professor universitário.

PARTIDO POPULAR DEMOCRATICO

Sebastião Dias Marques, advogado; José Manuel Gomes de Almeida, médico; José Angelo Correia, Dip. em Eng. e Adm. de Empresas; Arnaldo Angelo de Brito Lhamas, advogado; António Júlio Teixeira da Silva, médico; Carlos Alberto Neves, técnico de Marketing; José Amigo Tavares de Sousa, agricultor; Maria Helena de Seica, prof. do Ens. Sec.; Manuel Maria Portugal da Fonseca, economista; Antídio das Neves Costa, médico; António Coutinho Freitas, gerente comercial; Orlando Correia de Oliveira, advogado; Luís de Sousa Pinto da Silva, advogado; Custódio Costa de Matos, operário metalúrgico.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES

Rogério de Carvalho, profissional de seguros; José Bernardino, explicador; Américo de Oliveira Pinto, torneiro especializado (metalúrgico); Rui da Cruz Breda de Matos, empregado de escritório; João Sarabando, jornalista; Albertino Augusto dos Santos, agricultor; Adelino Luís da Silva, sapateiro; Cecília Sacramento, prof. do Ens. Sec.; Armando Abrantes Gouveia, empregado de escritório; Carlos Alberto Abreu, operário; Rufino Jorge Cunha, bancário; José Alvarenga Pinto da Costa, ajudante de escritório; Silvério Soares da Graça, operário cordoelro; Jorge Manuel Soares, bancário.

NOTÍCIAS DA CIDADE

Agenda

AFINAL... ONDE FICA ESPINHO ?

É provável que os leitores se admirem ao ver esta pergunta. Ela, porém, tem razão de ser. Senão, vejamos:

Quem venha de Esmoriz, por exemplo, para Espinho, no fim da freguesia de Paramos, topa com uma placa que lhe anuncia ter entrado em Espinho. Andadas algumas centenas de metros, chegando ao cruzamento da estrada que vem da Vila da Feira, há uma placa que indica faltarem 3 quilómetros para chegar a Espinho! Como é? Já estávamos em Espinho, ou não? Sugerimos que essa placa seja substituída por outra que indique simplesmente «Espinho-Centro».

Mas não ficamos por aqui.

Há locais onde faltam placas. Por exemplo: na estrada que vem de Grijó e que vai desembocar na Ponte de Anta, não há nenhuma placa que indique termos entrado em Espinho. Também na estrada que vem de Oleiros e que vai entroncar na EN-109 junto à Escola de Silvalde, se passa o mesmo—nada nos diz termos entrado nesta cidade.

São pormenores, dirão os leitores. É natural que sejam. Mas a tudo isto deve ser dada atenção.

VIGILÂNCIA DEFEITUOSA

Na passada semana, houve mais um assalto. O objectivo foi um dos restaurantes da cidade, que sofreu grandes prejuízos nas suas instalações, além de roubo de vários artigos da sua actividade. Como tem sucedido com semelhantes incidentes recentemente verificados, os malandrins agiram a coberto da noite, pois a escuridão lhes facilita as manobras. E corremos todos o risco de surgirem mais proezas porquanto a vigilância nocturna é cada vez mais defeituosa e mais ineficiente, se é que alguma vigilância existe nas horas mortas da

madrugada. Isto não pode continuar porque as autoridades policiais têm a obrigação de proteger as gentes e as suas fazendas em todas as 24 horas de cada dia, devendo a protecção ser ainda mais insistente e cuidadosa nos momentos de ruas desertas. Se há falta de pessoal, trate-se de lhe reforçar o número, de o crescer com outros elementos de organizações semelhantes. Alterem-se os turnos de serviço, façam-se novas escalas, procure-se, sem mais delongas, uma solução que os cidadãos pacatos exigem para não verem a sua tranquilidade perturbada.

TAÇA ESCOLAR INTERNACIONAL

Pela décima terceira vez está em marcha a Taça Escolar Internacional que, no nosso País, é organizada pela Prevenção Rodoviária Portuguesa. Hoje termina a primeira fase, que se destina ao apuramento de um representante por cada estabelecimento de ensino, realizando-se em 19 de Abril as finais distritais, onde serão apurados os participantes da final nacional de que sairão os quatro representantes portugueses no estrangeiro. Para além do aliciante competitivo, esta iniciativa tem o mérito maior de fazer conhecer aos jovens as mais elementares regras do trânsito, criando-lhes, desde pequenos, a noção dos perigos que os espreitam e das obrigações que lhes competem como utentes da via pública.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO

EDITAL N.º 20/75

Artur Pereira Bártolo, vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Espinho:

Faço público que esta Câmara Municipal em sua reunião ordinária de 8 do corrente mês, deliberou proceder à arrematação de 1 camioneta velha, marca Borgward de 4 bombas de volante e de sucatas diversas existentes na Abegoaria Municipal.

As propostas terão de ser entregues até às 17 horas e 30 minutos do dia 31 do corrente mês, em envelope fechado e lacrado, e a arrematação obedecerá às condições que se encontram patentes na Secretaria.

E, para constar, se passou, este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Espinho e Paços do Concelho, 10 de Março de 1975.

O Vice-Presidente da Comissão,

Artur Pereira Bártolo

DO HOSPITAL

Movimento de 4-3-75 a 11-3-75

Internamentos Gerais	45
Exames Radiográficos	179
Crianças Nascidas	17

Intervenções Cirúrgicas

Urologia	3
Ortopedia	6
Oftalmologia	1
Obstetrícia	1
Otorrino	8
Cirurgia Geral	13

Serviço de Urgência

Homens	170
Mulheres	150

AERO CLUB DA COSTA VERDE

Assembleia Geral

Nos termos do art. 33.º dos Estatutos, em nome do Presidente da Assembleia Geral, convoco todos os sócios do Aero Clube da Costa Verde a reunirem em Assembleia Geral no dia 29 do corrente mês, pelas 21 horas, nas nossas instalações em Paramos, para nos termos do art.º 32.º § 1.º com a seguinte

ORDEM DE TRABALHO :

- 1.º Análise da situação económica do Clube;
 - 2.º Apreciação e discussão do Relatório e contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal.
- Único Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a colectividade.

Se à hora marcada não estiverem presentes sócios em número suficiente, fica a Assembleia desde já convocada para uma hora depois, funcionando com qualquer número de sócios.

Espinho, 13 de Março de 1975.

O Secretário Geral,

a) António Baptista de Freitas

INCOMPETÊNCIA OU DESLEIXO ?

Não há muito tempo atrás apontamos um exemplo de incúria da parte da competente repartição, pouco depois emendado. A coisa localizava-se na rua 33, e fora originada pela necessidade de abertura do leito da via para uma ligação de águas ou saneamento a um edifício recentemente acabado de construir. Mas, infelizmente, não se tratava de caso único, pois continuamos a constatar, ao percorrer as ruas da cidade, que muitos dos pavimentos apresentam irregularidades porque, quando os Serviços Municipalizados têm que romper os pisos para quaisquer obras urgentes, nunca os repõem nas devidas condições. O facto, de tão lamentavelmente repetido, leva a duvidar das suas razões e impõe que se pergunte se aqueles Serviços têm pessoal competente para as reparações ou se, o que talvez fosse ainda pior, em vez de incompetência há simplesmente desleixo. Torna-se imperioso encarar de frente este problema e dar-lhe pronta solução.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O Movimento Democrático das Mulheres comemorou em Espinho o Dia Internacional da Mulher com um Colóquio no Salão da Piscina, orientado por Berta Monteiro, em que foram essencialmente focados os problemas inerentes à mulher trabalhadora.

Mais uma vez temos de lamentar o pouco interesse dado pela população de Espinho a iniciativas deste género. A assistência ao referido colóquio era de umas escassas 3 a 4 dezenas de pessoas. Para tal poderá, de facto, ter contribuído a noite invernal que se fez sentir. Mas não só...

ESCLARECIMENTO

Por lapso de redacção afirmou-se, na entrevista com Vasco Serra, do Sindicato dos Caixeiros e Empregados de Escritório, publicada no N.º 2238 de 1-3-75, que este Sindicato iria aderir à Intersindical. Esclarecemos agora que houve um erro de interpretação por parte do entrevistador, pois aquele dirigente sindical apenas informou que na sua OPINIÃO PESSOAL o Sindicato devia integrar-se na Intersindical, não tendo ainda os trabalhadores pronunciado nesse sentido.

Por esta razão apresentamos aqui as nossas desculpas aos prezaos leitores e também ao Sindicato dos Caixeiros e Empregados de Escritório pelo erro cometido.

A REDACÇÃO

JOSÉ MANUEL AMORIM (Pisco)

AGRADECIMENTO

Sua viúva e filhos vêm por este meio reconhecidamente agradecer a todas as pessoas amigas que assistiram ao funeral do saudoso extinto ou de qualquer forma lhe manifestaram o seu pesar e bem assim àquelas que se dignaram assistir à Missa do 7.º Dia.

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

3.º TURNO

Hoje, sábado — FARMÁCIA PAIVA, Rua 19, n.º 319 — Telefone, 920250;
Amanhã, domingo — FARMÁCIA HIGIENE, Rua 19, n.º 393 — Telef. 920320;
Segunda-feira — GRANDE FARMÁCIA, Rua 62, n.º 457 — Telef. 920092;
Terça-feira — FARMÁCIA TEIXEIRA, Rua 19, n.º 46 — Telefone, 920352;
Quarta-feira — FARMÁCIA SANTOS, Rua 19, n.º 263 — Telef. 920331;
Quinta-feira — FARMÁCIA PAIVA, Rua 19, n.º 319 — Telef. 920250;
Sexta-feira — FARMÁCIA HIGIENE, Rua 19, n.º 393 — Telefone, 920320.

CINEMAS

S. PEDRO

Hoje, sábado, 15—JUBAL, com Glenn Ford e Felicia Farr — 13 anos;
Amanhã, domingo, 16 — A RONDA DO AMOR, com Jane Fonda e Maurice Ronet — 18 anos;
Terça-feira, 18 — A RAINHA DO KARATE, com Chang-Ching-Ching e Hsien Chin-Chu — 14 anos.
Quinta-feira, 20 — VOANDO PARA O RIO DE JANEIRO, com Fred Astaire e Ginger Rogers — 14 anos.
Sexta-feira, 21 — CONTINUAVAM A CHAMAR-LHE FILHO DA, com Fabio Testi e Simone Blondel — 13 anos.

CASINO

Hoje sábado, 15, amanhã, domingo, 16 — O FILTRO DO AMOR, com Nino Manfredi e Miriamella — 18 anos.
Segunda-feira, 17 — UM VINHO DIFÍCIL, com Jean-Claude Brialy e Gerard Blain — 18 anos.
Quarta-feira, 19 — QUATRO NOITES DE UM SONHADADOR, com Isabelle Weingarten e Guillaume des Forets — 18 anos.
Sexta-feira, 21 — AMOR E MORTE, com Nadine Nortier e Jean Claude Uilbert — 18 anos.

NASCIMENTOS

EM ESPINHO:

Raúl Filipe, filho de Luís Filipe Couto Duarte Ferreira e de Maria Cecília Silva Fonseca Ferreira;
Nuno Rodrigo, filho de Rodrigo Alberto Marques Sampaio e de Maria Isabel Dias da Conceição Sampaio.

FALECIMENTOS

EM ESPINHO:

António Pinto Rocha, de 51 anos, casado com Amável Martins de Sousa;
Isabelina do Couto Capela, de 56 anos, viúva de Albertino Rodrigues Guimarães, mãe de Francisco Capela Guimarães e das meninas Maria de Lurdes e Maria Albertina Capela Guimarães.

DR. FERNANDO ROGÉRIO RAMOS PEREIRA

Na passada segunda-feira, 10 de Março, faleceu na sua residência, na Avenida 8, n.º 388, o Dr. Fernando Rogério Ramos Pereira, médico, de 62 anos, casado com D. Marília de Macedo Fernandes da Silva Castro Ramos Pereira, pai de D. Ana Arília de Castro Ramos Pereira Matos Viegas, casada com o Dr. Carlos Henrique Monteiro de Matos Viegas, e de Dr. Nuno Álvares de Castro Ramos Pereira, Jaime Castro Ramos Pereira, casado com D. Maria Albertina Soares Correia Castro Ramos Pereira, e Fernando Rogério Castro Ramos Pereira, irmão de D. Clarisse Ramos Pereira Castro Soares, Jaime Ramos Pereira e Dr. Carlos Ramos Pereira.

O funeral realizou-se no dia seguinte para o cemitério local.

D.E. apresenta as suas condolências à família do falecido.

Colabore para uma cidade limpa

escola viva

PÁGINA MENSAL SOBRE EDUCAÇÃO

OS PROFESSORES E O SEU SINDICATO

«O desempenho cabal da função docente exige que se reconheça ao professor o direito, não só à sua maioria civil, mas também à sua maioria profissional. Enquanto o professorado não tiver o direito de associar-se para discutir e decidir acerca dos problemas do seu métier, não haverá classe no professorado, nem haverá ética profissional, a não ser nos compêndios de didáctica.»

Dizia-se isto em 1972, no decorrer de uma série de 4 colóquios na Escola Francisco Arruda, em Lisboa, promovidos pelo GEPDES (Grupos de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário).

Era o emergir conjunto da necessidade de associação que os professores sentiam, com vista a uma apreciação e a um tratamento global dos assuntos específicos da classe. Esse movimento associativo desenvolveu-se, nos últimos anos do fascismo à volta do GEPDES, núcleo de professores fundamentalmente empenhado na defesa colectiva dos interesses do pessoal docente, contra as prepotências estatais no campo educativo. Em última análise, o seu processo de actuação estava inserido na vasta campanha anti-fascista que culminou com a vitória do 25 de Abril.

Abaixo-assinados com milhares de assinaturas reivindicando necessidades de vária ordem foram frequentemente enviados ao MEN, promovidos pelo GEPDES. A revista «O Professor» encetava uma campanha aglutinadora da classe. A tudo isto, o MEN respondeu como sabia: no celeberrimo despacho 9/74, os GEPDES são declarados «associações ilegais» e os seus componentes ameaçados com graves sanções, que iam desde pesadas multas até à pena de prisão. Isto quando, anteriormente, Veiga Simão havia incitado os professores ao diálogo. Que diálogo? O habitual daqueles tempos, em que só uma parte tinha o direito de falar. O diamonólogo.

Após este despacho altamente repressivo, os GEPDES angariaram cerca de 8.000 assinaturas em todos os ramos de ensino do País, protestando contra tal documento. A luta era para a formação de uma Associação de Professores. Em Dezembro de 1973, o GEPDES edita e distribui por todo o País o folheto «Para uma Associação de Professores», acompanhado de um Inquérito aos professores sobre os moldes em que essa Associação deveria ser estruturada. Milhares de respostas foram recebidas. Não tantas como o justificaria o elevado número de docentes existentes no País; isso, porém, era devido à falta de espírito de grupo dentro da classe, tanto nesse tempo como agora.

Mas eis que surge o 25 de Abril.

O GEPDES havia cumprido a sua missão. Era necessário criar o Sindicato. Como ponto de partida havia o anterior trabalho desenvolvido nas mais duras condições, que

agora se revelava pouco para a nova situação. Mas, mesmo assim, o Sindicato dos Professores nasceu. Praticamente do nada. O trabalho de estruturação foi enorme. A 11 de Maio, no Pavilhão de Desportos do Porto, num Plenário em que estiveram presentes cerca de 7.000 professores, é sancionada a sua Direcção Provisória, que se lança afanosamente ao trabalho. Os milhões de problemas que afectam a classe são estudados e muitos deles já resolvidos. O Sindicato dos Professores, desde o 25 de Abril, já abriu as portas à resolução de problemas prementes, funcionando como testa de ponte da grande massa de que é o mais legítimo porta-voz. Daí que seja estranho que alguns membros da classe tentem ultimamente pôr em cheque o Sindicato. Quem são esses «descontentes»? Poder-se-á arriscar que, em parte, se devem tratar de pessoas que nunca fizeram nada para a classe. Pessoas enfermando de um doentio e retrógrado sentimento elitista, sinal de um evidente espírito democrático nulo. Pessoas que, no anterior regime, se achavam bem instaladas, sem nada que as preocupasse ou lesasse nos seus interesses. Pessoas que nunca se preocuparam com a situação deplorável em que a esmagadora maioria dos professores se encontrava (e em parte ainda se encontra).

Para esses senhores, a existência do Sindicato é incomodativa, porque acaba com as benesses pessoais, transformando-as em direitos colectivos, colectivamente alcançados. A tentativa de formação de um compositamente chamado «Sindicato dos Profissionais de Ensino», é bem a prova disso. Seria como uma espécie de «Sindicato» caseiro, para alguns que teimam em manter situações de privilégio. Certos professores não se capacitaram ainda de que só unidos conseguiremos a justa melhoria das nossas condições de trabalho. Daí, como se nota em muitos plenários realizados em Escolas, Liceus do País, se notarem, frequentemente, tomadas de posição contrárias às do Sindicato, disfarçadas ou às claras.

Os professores têm graves problemas a resolver. Esses problemas nunca poderão ter uma satisfação a contento de todos se a classe se dividir. O Sindicato é a garantia de uma actuação eficaz e bem orientada na defesa de todos os interesses. Têm surgido certos erros na sua actuação? Sim, mas isso é absolutamente natural. Antes de fazermos ataques, lembremo-nos que o Sindicato ainda não tem 11 meses de existência e, como sabemos, os problemas acastelam-se em quantidades enormes. Não é destruindo que se constrói! Só com a união dos professores em torno do seu Sindicato, se conseguirá uma classe forte, unida, e mais apta a enfrentar os frequentes escolhos que surgem na actividade docente.

Isto parece-nos indiscutível.

N. B.

ENSINO (1)

Uma das causas da despolitização e da miséria a que os portugueses foram sujeitos deve-se, sem dúvida, à falta de um programa educacional coerente e posto, em prática, ao serviço do povo. Também é certo que aos fascistas não interessava um povo esclarecido e consciente e, particularmente, uma classe trabalhadora fortemente organizada. Claro que, para uma organização da classe trabalhadora — embora não o seja de todo imprescindível — muita influência tem uma educação livre, ampla, cuja criatividade se reflectirá nos seus sectores mais díspares.

Urge, pois, a quase remodelação total da política de ensino, desde a criação do ensino pré-primário, passando pelo secundário até aos cursos superiores e técnicos. Para melhor podermos apreender a actual problemática do ensino no nosso país, e porque nos parece de extrema utilidade abordar livremente este assunto, começaremos por dedicar este primeiro artigo ao ensino primário e, mais concretamente, ao ensino primário em Espinho.

Nada melhor do que auscultarmos a opinião de uma professora primária cuja actividade é desenvolvida na escola da Marinha (Mata). Quisemos ouvi-la pois é com manifesta revolta que verificamos o desprezo e o abandono votado às crianças daquele local. Crianças que, além de não estarem integradas num sistema de ensino que contribua para a sua libertação na sociedade, ainda vivem num estrato social que, infelizmente, todos bem conhecemos.

D.E. — Rosa Maria, diz-nos quais as dificuldades mais prementes que tu entendes deverem ser resolvidas para que a escola possa servir os reais interesses dos alunos e do país?

R.M. — As dificuldades são muitas. Para já, e entre muitos aspectos, terá que haver uma melhor preparação dos professores, e estes terão, que dispôr de material

(Conclui na página 7)

Análise pedagógica duma greve

O ensino é, sem dúvida, um dos campos da vida pública nacional mais controverso e que mais se presta a discussão acesa. Mais uma vez esta realidade se revelou com a questão da série de greves que afectaram os estabelecimentos de ensino secundário, principalmente os liceus. As implicações políticas dessa greve foram analisadas, embora talvez não tão clara e profundamente quanto seria de desejar. O que nos propomos neste curto trabalho é analisar a greve sobre outra perspectiva: investigar os reflexos da greve no campo específico da pedagogia, da função educativa, procurando averiguar em que medida ela veio contribuir para um melhoramento ou uma deterioração da situação objectiva do ensino nas escolas secundárias. Não pretendemos analisar exaustivamente o assunto, até porque para isso seria necessário possuir um conhecimento muito concreto da forma como se desenvolveu a situação de greve em vários estabelecimentos de ensino. Para as considerações que se seguem servimo-nos apenas da análise da situação num liceu do Porto onde trabalhamos e do conhecimento genérico sobre outras escolas. Aliás, esta falta de dados talvez contribua para uma análise pouco correcta da situação a nível geral, dado que pensamos que o liceu em que nos baseamos apresenta problemas distintos e particulares. De qualquer forma, supomos que é de tentar, esperando que os leitores queiram contribuir com as análises que possam fazer sobre o mesmo problema em outros estabelecimentos de ensino.

Na análise política da greve que várias organizações estudantis e partidárias fizeram, as conclusões a que chegaram foram diversas, de acordo com os pressupostos políticos mais gerais de que partiram. Uma ideia comum prevalecia: a greve era um processo ineludivelmente importante dentro do contexto político e educacional do país. E se uma análise, já não política, mas pedagógica, é difícil e corre o risco de generalizações apressadas, não deixa todavia de ser uma tarefa aliciante nesta época de profundas convulsões no sistema educativo português, que são, afinal, o reflexo imediato das situações a nível político mais amplo.

Voltemos por momentos ao passado (ainda e sempre a comparação com o «tempo da velha senhora», mas o que se justifica 1.º) porque esse passado não é remoto, 2.º porque condiciona determinadamente o presente, 3.º) porque convém tê-lo presente pois ainda está muito vivo e para sabermos em cada momento qual o inimigo real a combater) e analisemos alguns aspectos concretos da situação do ensino nessa época. Não será difícil chegar a rápidas conclusões: em geral, professores e alunos participavam nas actividades escolares com uma diligência mecânica, feita de hábitos velhos de anos e de submissão reverente a regras estabelecidas. Se se punha o problema de que algo não ia bem naquela engrenagem, a reacção mais comum era aguardar que, por qualquer evolução difícil de determinar, o sistema do ensino viesse a ser modificado. As relações entre professores e alunos desenrolavam-se consequentemente num clima de falsa compreensão, de incómoda participação para um objectivo que se dizia ser comum. E, aparentemente, tudo corria bem nesta situação: o professor seguro da sua posição, graças à supremacia hierárquica, o aluno aceitando passivamente o seu lu-

gar de objecto (ia a dizer de vítima) a ser ensinado.

Até que, algo aconteceu. Não sendo embora organizado primariamente para alterar o sistema de ensino, o 25 de Abril não poderia deixar de se reflectir fortemente nessa estrutura do estado fascista organizado. E entre aqueles professores e alunos que tinham conseguido manter a confiança em que algum dia as coisas seriam diferentes, cresceu a certeza de que, finalmente, a hora chegara: iria, enfim, ser possível desenvolver trabalho em moldes novos, bem mais agradáveis e produtivos; iriam ser reforçadas as relações professor-aluno, não já baseadas nos princípios tradicionais mas numa aceitação e cooperação inteiramente novas.

Mas a que é que se assistiu na realidade? Da parte do MEC sucederam-se atitudes e decisões estranhamente em desacordo com o que se desejava, tardava uma efectiva democratização de estruturas e um desbloqueamento das bases em que assentava a via ideológica proposta pelo ensino fascista. Os professores e alunos mostravam-se, na generalidade, nitidamente não só impreparados para aguentar as responsabilidades que a nova situação lhes trazia como até pouco interessados em fazer um esforço sério para ajudar o seu progresso. E, como se isto não bastasse, prevalecia uma indefinição das vias políticas que a sociedade portuguesa iria seguir. Estas contradições, habilmente aproveitadas por quem estava interessado em as explorar, acabaram por levar inevitavelmente a uma situação extrema: a greve quase generalizada.

Aparecendo em muitas escolas na continuação duma longa série de alterações a um ritmo sério de trabalho, a greve surgiu como o último passo na escalada para a liquidação das esperanças que se tinham posto para este ano lectivo. Em que circunstâncias ela nasceu e como se desenvolveu, todos sabem. Mas, quanto às suas consequências? Quais as mais flagrantes?

Parece-nos difícil negar que a greve se seguiu uma sensação de fracasso generalizado. Este fracasso foi provocado entre os alunos por dois factores: não terem afinal atingido com a greve os fins que se propunham, vendo-se obrigados a reconhecer a inconsciência com que desencadearam o processo e terem que reconhecer que a greve só veio contribuir para pôr ainda mais em causa a validade do ano escolar em curso, favorecendo apenas os interesses da reacção. Da mesma forma, também entre os professores cresceu a convicção de que este ano escolar não está a dar de maneira alguma os frutos que dele se esperariam, quer no aspecto estritamente pedagógico, quer nas esperanças que se alimentaram de alterar substancialmente a estrutura do ensino, quer no campo das relações professor-aluno. De facto, também estas se deterioraram ainda mais com a situação de greve pois as diferentes perspectivas que existiam perante a greve não vieram ajudar a criar um melhor clima. E até as relações entre os alunos se ressentiram, como consequência inevitável da sua inserção em grupos políticos estudantis antagonicos e respectivas posições perante a greve. Tudo isto veio provocar o que talvez se possa classificar de «abandamento» pedagógico, em termos simplistas.

Será possível lançar um pouco de esperança neste mar de desilusões? Pois.

(Conclui na pág. 6)

O aluno ideal

O aluno ideal — computador electrónico, quimera, alucinação do professor...

Um cérebro de gavetas: as bases, os sais, verbos, proporções, Napoleão, 1143, 1791, os ácidos e os óxidos, tudo em ordenada disposição!

O 1.º a chegar, o último a sair, o mais sossegado, o «magister dixit»...
...o retrógrado, o idiota!...
«Magister dixit»?!

Último exame — tem de ter um 21!...
O professor só dá vinte...
PUM!!!

O computador rebentou...
(era apenas um computador, uma máquina...)

De uma aluna de 15 anos da Escola Josefa de Óbidos.
in revista «O Professor» Out. 1973.

FIM DE SEMANA • 94 ESPINHO E AS ELEIÇÕES

1.

Dos factos mais graves ocorridos nos últimos dias, terá a salientar-se a greve dos trabalhadores da Rádio Renascença, greve que foi declarada com a mais rigorosa observância das formalidades legais. Se não foi a única, terá sido a segunda ou terceira a cumprir o estabelecido na lei da greve.

Muito se tem discutido sobre a natureza deste conflito entre os trabalhadores e a proprietária da empresa, que, em última análise, e pondo de parte o formalismo jurídico das societárias, é a Igreja Católica.

Parece não poder duvidar-se de que em Setembro passado, quando o conflito teve início, a questão era puramente de trabalho; hoje, enquanto os trabalhadores sustentam ser a mesma a natureza da questão, pois a sua reivindicação é a readmissão de colegas despedidos, a Igreja sustenta que a questão é ideológica e, desta forma, a greve ilegítima.

Não se afigura, no entanto, que a Igreja em consciência a tenha como tal, pois não lançou mão do meio que a lei da greve lhe confere para luta contra a greve ilegal: o recurso ao lock-out. Usou, antes, uma contra-resposta, cuja intenção pode tornar-se estranha: a proibição, do Patriarcado, de que o prior da Basílica das Mercês consentisse a retransmissão habitual dos serviços religiosos, que os trabalhadores, apesar da greve, se propunham continuar a transmitir.

Procurou a Igreja com esta proibição, sem arrastar com o odioso da declaração de um lock-out que poderia vir a ser tido por ilegítimo, devolver a pedrada para os trabalhadores, fazendo constar que, se os católicos estavam privados de ouvir tais serviços, isso se devia a culpa dos trabalhadores.

No fundo — e o Director Geral da Informação já o disse — o conflito é, fundamentalmente político.

A hierarquia eclesiástica tem sido desde o início adversa ao movimento de liberalização do 25 de Abril. Tem-no demonstrado publicamente diversas vezes.

Aproveitou agora a oportunidade de provocar o confronto com o Estado, tentando forçá-lo a intervir.

Se a questão for aceite como de trabalho, não há qualquer confronto com o Estado — é um problema a resolver por via do Ministério de Trabalho; mas, se a Igreja se recusa a reconhecer-lhe tal natureza, não aceita a mediação daquele Ministério.

Por outro lado, tratando-se de um posto de radiodifusão, tem uma função a que o governo não pode ser alheio, pois interessa ao Ministério da Comunicação Social.

E a situação é esta: se o governo cruza os braços, o posto emissor encerra, e a Igreja propalará mundo fora que o regime político persegue a Igreja, forçando-a a privar-se do seu emissor privado; se o governo intervir a favor dos trabalhadores, ou se determina a intervenção directa do Estado na administração da empresa proprietária, a queixa da Igreja será propagada por aí fora ainda mais violentamente, apontando intentos políticos onde os não há; se o governo apoia a Igreja e intervir contra os trabalhadores, tem que haver-se com o país, dado que se desencadeou um movimento de solidariedade nacional com eles, que não vem apenas das massas trabalhadoras.

Talvez nesta febre e tensão pré-eleitoral que está a viver-se, o público se não tenha apercebido desta manobra política, que, para nós, é a mais grave até hoje levada a efeito pelos opositores do 25 de Abril.

2.

Na mesma linha vem o desencadear de greves selvagens a nível local ou de empresa, sem razoabilidade que as justifique em muitos casos (e sem legalidade em nenhum), de tal modo impensados no grave transe económico que atravessamos, que temos de pôr-nos o problema de perguntarmo-nos se os trabalhadores e os sindicatos são tão incóscientes que não compreendam as realidades, especialmente neste período eleitoral, ou se são manobrados e por quem.

Porque há quem tenha interesse em manter uma constante desordem na vida económica do país, impedindo a sua reorganização, quer pelas quebras de trabalho, quer pelas elevações de retribuições, por vezes fora de toda a possibilidade e, sobretudo, em níveis de flagrante injustiça com outros trabalhadores de idêntico valor produtivo, vindo a provocar a reacção destes.

Finalmente, se há uma lei de greve com previsões penais para os que a infringem, por que é ela letra morta?

Crise de autoridade? Não cremos. Receio de confronto com trabalhadores? Então revogue-se a lei da greve.

Porque se mantém esta situação de relações de trabalho que impossibilita o lançamento de qualquer plano económico, sobretudo quando ele fomenta o investimento privado, se o investidor só investirá se tiver garantia de estabilização das relações de trabalho?

Não conseguimos ser políticos e por isso não percebemos nada do que se passa.

3.

O súbito agravamento de custos de vários bens de consumo essenciais foi um acto económico necessário, ao que parece, e até justo para pôr fim aos preços políticos, mas politicamente foi um acto infeliz neste tempo pré-eleitoral, pois veio fornecer armas aos adversários da democratização do país.

E vem sobretudo fundamentar uma série de boatos que estes porão a circular, causando o pânico económico, e o receio do consumidor de que o fenómeno se repita em cadeia com outros bens essenciais, com a consequente corrida ao mercado, açambarcamento, e desequilíbrio do orçamento familiar.

4.

As greves liceais são outro facto a salientar. Nada as legitima ou justifica. E muito menos quando apoiadas pelos professores.

Já se viu claramente que não foi a fixação de médias de dispensas que as justificou; esse foi o pretexto para ser provocada a paralização do ensino secundário, praticando-se depredações materiais, confrontos físicos, e ocupando-se os tempos lectivos em debates sobre os mais variados temas, por vezes pouco recomendáveis.

Assim se malbaratam milhares de contos.

Se tivermos em conta a maturidade dos alunos liceais (em rigor de menos de 18 anos de idade), perguntamos de novo: quem os movimenta? Que forças?

E a pergunta torna-se mais acutilante de recordarmos que muitos professores os apoiam.

Pois o M.E.C. intervenha com a dureza que for necessária, mas que se ponha termo a tal situação.

5/3/75

Vasco Luís

As eleições realizam-se em 12 de Abril!

O M.F.A. e as forças populares saíram mais uma vez de vencida sobre os grupos reaccionários, desejosos de retomarem o poder, a fim de continuarem a sugar o favo! Face a esta nova vitória o M.F.A. afirma ser intransigente na manutenção das eleições para a Assembleia Constituinte na data prevista.

As eleições vão realizar-se! Os partidos já apresentaram a lista dos seus candidatos.

«D.E.» entrevista hoje os representantes de dois dos partidos que apresentam candidatos pelo círculo de Aveiro, candidatos estes pertencentes a organizações locais dos referidos agrupamentos partidários.

Hoje, ouvimos os candidatos do P.U.P. (Partido da Unidade Popular) e do M.D.P./C.D.E. Em consequência dos acontecimentos de 11 de Março, os outros partidos não tiveram possibilidades de nos entregarem as respostas, contando «D.E.» apresentá-las no próximo número.

DR. MOREIRA DA COSTA (MDP/CDE)

D.E. — Como encara a sua participação na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte na qualidade de representante do M.D.P.?

— É óbvio que a minha participação na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte na qualidade de candidato pelo M.D.P./C.D.E., só poderá integrar-se nas linhas de força e concepções ideológicas defendidas pelo meu partido, que, resumidamente são:

— A unidade do povo, não considerada em abstracto, mas concretizada ao nível dos grandes problemas nacionais e das acções de massa.

— A aliança do Povo com o M.F.A. tendo em conta a defesa e institucionalização deste.

— A defesa dos órgãos populares e a sua institucionalização, com uma activa presença no aparelho do Estado e assumida através de organizações próprias.

— Debate dos grandes problemas nacionais e populares que mais interessam ao povo português na sua luta por um estado amplamente democrático.

— Defesa de uma Constituição progressiva que seja um instrumento de luta contra os monopólios, de independência nacional, de paz e amizade entre os povos, de defesa de autêntica liberdade democrática e da destruição do estado fascista.

D.E. — Em que medida a sua participação na campanha se insere numa continuação da sua actividade política?

— Eu diria que a minha participação na campanha eleitoral pelo MDP e no fenó-

meno político actual, se insere mais na continuação de uma linha ideológica que me é própria, do que na de uma actividade política passada, perfeitamente caracterizada. Esta foi forçosamente limitada, não só pelas contingências impostas pelo fascismo, mas também pelo pouco tempo disponível que me deixava e ainda deixa a profissão.

D.E. — Na sua opinião, como poderão intervir as eleições na evolução do processo democrático em curso?

— As eleições poderão e deverão ser mais um passo na caminhada decidida do nosso povo para um regime democrático que assegure amplas liberdades, que respeite as conquistas populares, que favoreça a mais vasta organização popular, que estimule uma forte intervenção do povo na condução dos destinos do país que lhe deve pertencer.

Por isso trabalharemos para que constituam não um factor de divisão artificial do movimento popular mas um momento para fazer respeitar os grandes objectivos comuns que animam o povo e o M.F.A.

Para o MDP/CDE esta é uma questão fundamental. Uma campanha eleitoral feita de insinuações, dirigida ao divisionismo, que escamoteie os verdadeiros inimigos do nosso povo, será um passo atrás no processo revolucionário e uma ofensa ao povo português que tem pago com sacrifícios enormes a defesa da liberdade e que por isso mesmo não poderá permitir que em nome dela se criem as condições para que lhe venham roubar.

(Conclui na página 7)

Sou cristão?

Incomoda-o esta pergunta? Não admira. VOCÊ, é um dos TAIS. Não falha a uma missa, comunga todos os dias e vai a todos os funerais; no entanto, lá na sua fábrica, quando um operário a quem não paga o justo salário (E VOCÊ, ESTÁ CONSCIENTE DISO), lhe vem pedir aumento, o que é que FAZ? MENTE-LHE, e diz que não há dinheiro, quando ainda à poucos minutos, VOCÊ acabava de encomendar um «bólide» para o seu «menino».

Se VOCÊ fosse de facto, CRISTÃO, ter-se-ia lembrado que Cristo pregou, entre outras coisas, a IGUALDADE e a JUSTIÇA entre os HOMENS. Mas como VOCÊ, só é «cristão», está tudo dito. O que lhe interessa é ter o rótulo de cristão, porque sê-lo de facto só lhe traria prejuízo, não é verdade? Vá-lá, ao menos esta vez seja honesto (consigo próprio!) Não tenha receio, ninguém o está a ouvir!

Será necessário ir à missa, comungar, rezar, para ser cristão? Ora PENSE bem nesta pergunta, e no VERDADEIRO significado de CRISTÃO. Se quiser enfrentar corajosamente a realidade, VOCÊ, talvez fique revoltado, mas a resposta será: NÃO! E, se seguidamente lhe perguntar o que faz então, um VERDADEIRO cristão? VOCÊ dir-me-á: procurará acabar com a opulência dos capitalistas e a miséria dos trabalhadores, a injustiça dos fortes para com os fracos, resumindo, fazer com que os HOMENS se tornem DE FACTO IRMÃOS.

Neste momento, VOCÊ encontrou o rumo certo, e tentará fazer com que as outras pessoas compreendam, que para se ser CRISTÃO, não é com as missas que o conseguem, mas sim através do seu esforço dentro da sociedade fazendo-nos sentir que TODOS SOMOS IGUAIS, POR ISSO SOMOS IRMÃOS!

Manuela

Vendem-se

Habitacões desde 700 000\$00 no gaveto da Avenida 24 e rua 31 em Espinho. Falar no local da obra ou telef. 920629

Compra-se

Terreno com 2 000 m2 para construir fábrica nesta cidade ou arredores. Telefonar para 921001

CASA

Pretende alugar casal idoso, para todo o ano com cinco divisões, independente e com pequeno quintal, localizada na Granja, Silvalde ou Espinho. Telefone n.º 0025 - 23394 Paredes — Douro

Vende-se

Casa na Rua 29, perto da Feira com 3 inquilinos
Tratar Telef. 967859 ou 967109

Cartório Notarial de Espinho

A cargo da notária Lic. Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro.

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 26 de Fevereiro de 1975, lavrada de folhas 10 a 11 verso do livro de notas para escrituras diversas A-Número 40 deste cartório notarial de Espinho, os senhores ANIBAL PAIS LOUREIRO, HERMINIA LOUREIRO DE JESUS e LUIS TOMAS LOUREIRO, todos casados, os dois primeiros residentes na Rua Capitão Silva Pereira, 78, 1.º, direito, da cidade de Viseu e o último residente nesta cidade de Espinho na Rua Vinte e Cinco, 64, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade adopta a firma «LOUREIRO & TOMAS, LIMITADA», e tem a sua sede em Espinho, Rua Dezanove, número duzentos noventa e cinco, e a sua duração é por tempo indeterminado a contar de 27 do corrente mês de Fevereiro.

SEGUNDO — O seu objecto é o comércio de sapataria, podendo entretanto dedicar-se a outra actividade em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

TERCEIRO — O capital social, integralmente realizado é de 300 000\$00 e para ele concorrem os sócios com as seguintes quotas, Anibal Pais Loureiro, com uma quota de 50 000\$00, Hermínia Loureiro de Jesus, com uma quota de 150 000\$00 e Luís Tomás Loureiro com uma quota de 100 000\$00.

Parágrafo único — As quotas dos

sócios Hermínia Loureiro de Jesus e Luís Tomás Loureiro foram subscritas em dinheiro e a do sócio Anibal Pais Loureiro é representada pelo estabelecimento comercial de sapataria, que transfere para a sociedade, no indicado valor, com todas as suas licenças, alvarás e demais elementos que o integram, instalado no rés-do-chão do prédio urbano, sito na Rua 19, números 287 a 295, desta cidade, freguesia e concelho de Espinho, inscrito sob o artigo 2413, não descrito na conservatória do registo predial deste concelho de Espinho, com o rendimento colectável de 38 400\$00, por cuja ocupação é paga a renda anual de 108 000\$00.

QUARTO — Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições de juro e de reembolso fixados pela assembleia geral.

QUINTO — A gerência, dispensada de caução, cabe a todos os sócios, qualquer deles obrigando a sociedade.

SEXTO — A cessão de quotas a estranhos, depende do consentimento do sócio não cedente.

SETIMO — As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência, pelo menos, salvo os casos em que a lei exija outra forma de convocação.

Está conforme ao original.

Espinho e cartório notarial, 27 de Fevereiro de 1975.

O Ajudante do Cartório,

José dos Santos Sil

Pede-se à pessoa que levou da minha firma na Rua 18 n.º 825 há cerca de 3 meses um televisor Marca SALORA CORTINA 2 com o n.º 76197 deixando o seu da mesma marca com o n.º 84911, o favor de vir com urgência fazer a troca.

Agradece o proprietário

Tribunal da Comarca de Espinho

ANÚNCIO

Pela Secção de Processos da Secretaria Judicial desta comarca, correm éditos de VINTE DIAS, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos autores Carlos Edmond Gomes da Silva, viúvo, residente na Rua 16, n.º 458 e Cândida de Oliveira Reis, solteira, maior, residente na Rua 8 n.º 119, ambos desta cidade de Espinho e dos réus Mery Amélia Edmond Gomes da Silva Reis, solteira, maior, da Rua 16, n.º 458, Maria Teresa Edmond Gomes da Silva Reis, solteira, maior da mesma rua e número, Mery Helena Edmond Gomes da Silva Reis, solteira, maior, da rua 8, n.º 119, Carlos Rui Edmond Reis da Silva, solteiro, maior, da rua 16, n.º 458, Maria Elsa Edmond Reis da Silva Oliveira e marido Cândido Manuel de Oliveira da rua 28, n.º 800, Maria José Lopes de Araújo Reis, viúva, da rua 18, n.º 360, Germana de Oliveira Reis, solteira, maior, demente, da rua 8, n.º 119, todos desta cidade de Espinho, Maria Olga Edmond Gomes da Silva Reis, solteira, maior, residente no Largo Pereira dos Santos, n.º 11-11, da Figueira da Foz, Dra. Marina Alfreida Edmond Reis da Silva Augusto e marido Dr. Mário dos Santos dos Anjos Augusto, residentes na Rua 1.º de Janeiro, n.º 169-3.º Esquerdo Trazeiras, da cidade do Porto e Maria Beatriz de Araújo Reis Dias e marido Joaquim Alves da Silva Dias, residentes no lugar da Cruz, Santa Maria de Lamas, comarca da Feira, para no prazo de DEZ DIAS, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos nos autos de acção especial de divisão de coisa comum n.º 99/74, desde que gozem de garantia real sobre os bens a dividir — um estabelecimento comercial de venda de jornais, revistas e tabacos, denominado Quióscue Reis, sito actualmente no ângulo Norte-Poente formado pela Avenida n.º 8 e pela rua 19, desta cidade de Espinho.

Espinho, 24 de Fevereiro de 1975.

O Juiz de Direito,
José da Silva Paixão

O escrivão,
José Pinto de Magalhães Júnior

Análise pedagógica duma greve

(Conclusão da página 4)

parece-nos que sim, apesar de todos os sinais em contrário. É que a greve pode talvez ser aproveitada como despertador e catalizadora para um escola realmente nova. A greve era o último dado que faltava para as pessoas minimamente conscientes por em questão o seu papel numa estrutura educativa como a existente. A greve veio revelar ainda mais claramente as bases falsas em que se apoia a prática pedagógica actual e simultaneamente despertar professores e alunos para a tarefa imensa que urge desenvolver. É certo que esta recuperação positiva da greve é difícil. Mas quem negará que é necessária? Se é cada vez mais evidente que a escola tal como a temos conhecido está moribunda, torna-se urgente encontrar uma saída para esta situação. E as soluções de compromisso são cada vez mais difíceis de defender. É imperioso abandonar o mito da «matéria a dar» e passar a um trabalho muito mais importante para o futuro próximo: consciencializar professores e alunos para o futuro, prepararmo-nos de maneira que o novo ano escolar não sofra dos mesmos defeitos que o que estamos a viver. É imperioso ensaiar novos processos de trabalho baseados em: novas relações professor-aluno; redefinição dos objectivos e conteúdos do ensino bem como dos métodos de trabalho e processos de avaliação de conhecimentos. Parece-nos ser esta a via mais positiva em que poderia orientar-se o restante espaço do ano lectivo, pois só um trabalho nestes moldes nos parece fornecer certa garantia de estabilidade no próximo ano e proporcionar uma efectiva transformação profunda no sistema educativo.

Sabemos, porém, como tudo isto é de difícil concretização. Para se tornar viável parece-nos imprescindível que se crie um verdadeiro espírito de reconstrução nacional, a todos os níveis, o qual passará forçosamente por uma mais clara definição política nacional e pelo despertar de um espírito revolucionário nacional que lance o país para a obtenção de objectivos concretos. Com estes pressupostos seria possível o aparecimento de uma nova imagem da escola, a criar por professores e alunos, que reflectisse as aspirações da sociedade e funcionasse como catalizador da evolução de uma sociedade virada para o futuro.

A. S.



**Quando vir este símbolo
então saberá que pode
contar com um Serviço
Bancário completo.**



BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
onde cada um conta mais do que a sua conta

ENSINO — (1)

(Conclusão da página 4)

didático capaz, de modo que possam facilmente interessar os seus alunos nas explicações que lhes dão, através da experiência e da observação concreta. Por outro lado, acho também que a escola deverá oferecer ao aluno um mínimo de conforto. Considero fundamental a existência de iluminação adequada, de aquecimento, de sanitários, salas de jogos, de cantinas e a inserção na vida escolar de actividades culturais, artísticas e desportivas. Só assim a escola será uma escola atraente e renovada, só assim a escola pode contribuir eficazmente para o desenvolvimento físico e psicológico da criança.

D.E. — Qual o método de ensino que está a ser utilizado na escola?

R.M. — Bem, consoante as disciplinas os métodos variam. No entanto, segue-se ainda para todas uma linha tradicional. Isso deve-se às dificuldades que já referi. Nem aqui, nem em lado algum, se pode fazer uma escola renovada sem material ou professores pedagogicamente renovados.

D.E. — Em seguimento à tua resposta, quais os métodos de ensino que, na tua opinião, deverão ser postos em prática em oposição aos agora existentes?

R.M. — O problema da escola em Portugal é o problema de repensar a sua função. Neste sentido, os métodos terão que resultar da análise da realidade concreta da população a que a escola se destina, não sendo possível propor-se um esquema rígido. De qualquer modo, os métodos a usar deverão ser objectivos e essencialmente práticos, pondo assim a criança em contacto com tudo o que a rodeia. A aprendizagem não pode ser uma recepção passiva, mas sim uma actividade criadora para

melhor desenvolver a personalidade da criança.

D.E. — Dá-nos o teu parecer sobre o meio ambiente dos teus alunos e da melhor forma de o ensino primário contribuir para a sua modificação?

R.M. — Pessoalmente acho que o meio é particularmente difícil. A criança sofre grandes limitações nos aspectos: familiar, saúde, habitação e muitos outros. Nessa medida, é difícil que ela na escola aproveite como qualquer outra que vive num meio diferente. Assim considero que o ensino poderá contribuir para a modificação do meio, se houver realmente um conjunto de condições como citei na primeira pergunta (preparação capaz do professor, apetrechamento da escola, reestruturação do programa), portanto uma escola renovada.

D.E. — Fala-nos agora dos problemas com que se debatem os professores primários e como encaras a organização sindical da tua classe?

R.M. — Os nossos problemas são muitos, pois só poderemos ser realmente profissionais de educação, se nos unirmos, se debatermos em conjunto as nossas dificuldades, se lutarmos por uma valorização da nossa classe, se houver uma preparação pedagógica e didáctica, pois assim estaremos à altura da escola renovada que todos desejamos. Quanto ao problema sindical, ainda estamos no começo, pois como tu sabes só depois do 25 de Abril é que os professores tiveram a oportunidade de formar o seu sindicato. Todavia, eu acho que o nosso sindicato deve defender os interesses morais e materiais da nossa classe, devendo todos os professores lutarem pela efectivação de um verdadeiro sindicalismo de base, que represente e defenda democraticamente os interesses dos sindicalizados.

J. P.

Um olhar sobre...

(Continuação da pág. 10)

matar a solitária e mais um sem número de doenças! Não lhes faltava público e vendas. A crença da cura tudo fazia, enfim, uma faceta farmacopeia daquele tempo, com o seu lado enganador... gota de água no oceano das trinta e cinco mil especialidades existentes actualmente — segundo informação! — E o sofrimento obriga a ingerir tudo!...

Os eternos «Robertos» lá estavam no seu lugar mais a geito, manejados por homens simpáticos e habilidosos com intencionais exhibições dirigidas ao mundo das crianças, produzindo o seu enlevo — que os grandes também gostavam — O programa pouco variava: a morte do diabo, a tourada, o faz-tudo, com o roberto e sua moça a dominar o ambiente, deixando atrás de si o estribilho: — O «Roberto é bom rapaz».

Que atracção tinham estes reduzidos espectáculos na garotada e sempre apareciam nas épocas próprias como as andorinhas! Ora um dia apareceu uma novidade, sem dúvida surpreendente! Uma família ambulante montou uma barraca circular de apreciável tamanho. No exterior tinha intervalos — uns vinte — e em cada um cabia uma pessoa adulta. Em cada compartimento havia um binóculo acoplado. No interior, em sistema rotativo, passava, quadro a quadro a «Vida de Cristo» em Estereofoto, relevo já então menos mau, que a arte de «Daguerre» nos proporcionava apesar dos seus primeiros passos! Pagava-se um vintem, mas a sessão era rápida! Causou sucesso tal atracção e tornou-se rendoso o negócio!

Naquela época todas estas pequenas organizações ambulantes percorriam o país recreavam o povo, que apenas tinha e adorava, sem dúvida, as festas do «Calendário», com os seus arraiais festivos, bem assim as familiares com o seu pendor sentimental. O jovem Espinho, tudo isto viveu e saber o que se passou, só pode agradar no presente!

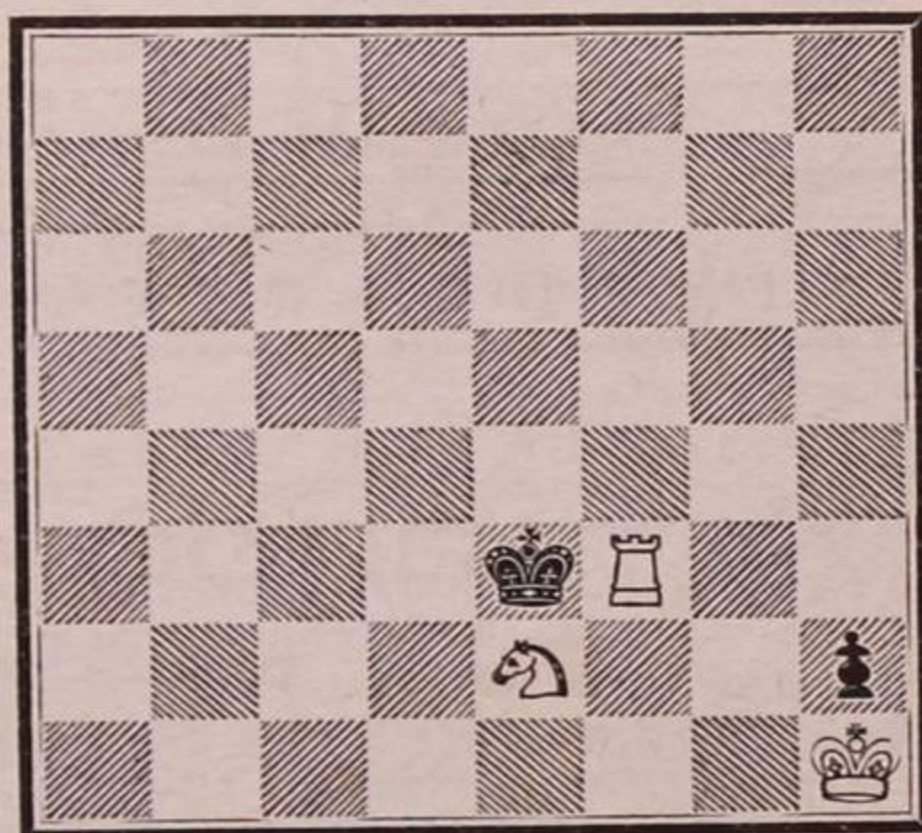
J. TATO

Pinto de Matos

Médico Especialista ex-Assistente dos Serviços de Ortopedia das Universidades de Lausane e Edimburgo
Fracturas e Doenças dos ossos e Articulações.
Rua 19 n.º 364-1.º-Tel. 921218
ESPINHO

XADREZ

PROBLEMA N.º 2



As brancas jogam e dão mate em 3 lances.

Solução vale três pontos.

Solução do problema n.º 1

1. Bf1; RS4; 2. Dh6; qualquer que seja a jogada das pretas as brancas dão mate. Se 1. ... Re4; 2. Dd6 e mate na próxima jogada.

Centro de Enfermagem de Espinho

Todos os serviços de enfermagem oxigénio, camas articuladas, etc.
Ambulâncias com oxigénio para transporte de doentes
Horário das 9 às 12 e das 14 às 20 h.
Telef. 921587 (das 9 às 20 h.)
Telefone de urgência 922329
Rua 16 n.º 868 — ESPINHO

Dr. Aucíndio Valente

MÉDICO ESPECIALISTA
Doenças Nervosas e Mentais
RUA 20 N.º 500-1.º-TEL. 921014
Dias: 3.as e 6.as feiras com hora marcada

Espinho e as eleições

(Conclusão da pág. 5)

JORGE MANUEL SOUSA E SILVA (P. U. P.)

Pelo P.U.P. (Partido de Unidade Popular) ouvimos um candidato de Espinho pelo círculo de Aveiro, Jorge Manuel de Sousa e Silva, de 21 anos, desenhador de máquinas:

1.º) — A minha participação na campanha eleitoral burguesa é, pura e simplesmente, para a difusão do Programa da Democracia Popular por todo o distrito de Aveiro, levá-lo até aos lugares mais esquecidos e afastados da vida política, difundir o Programa que cavará o tumulo das instituições burguesas e do poder dos exploradores, opressores e fascistas. Se o não fizesse, seria reforçar a influência da ideologia burguesa no seio do Povo, seria contribuir para a sua desmobilização política, seria ajudar o avanço do fascismo, que joga nesta desmobilização, seria adiar o dia da Revolução democrática-popular e do socialismo.

2.º) — É dever de todo o revolucionário, perante a actual situação política, participar activamente nas eleições, uma vez que grande parte das massas populares ainda têm ilusões que com as eleições se irão resolver os seus problemas. Por isso surge uma nova etapa na luta pela Democracia Popular: o desmascaramento das eleições burguesas, além da difusão das ideias da Democracia Popular, e ampla mobilização das massas trabalhadoras em torno dos seus cinco objectivos: PAZ, PÃO, TERRA, LIBERDADE e INDEPENDÊNCIA NACIONAL.

3.º) — O tão falado processo democrático em curso não corresponde no fundo senão ao seguinte:

CARTAZ DESPORTIVO VOLEIBOL

1.ª Divisão Nacional — Seniores

CNOCA, 0-SCE, 3
Lisboa Ginásio, 2-SCE, 3

Regional (do Porto) — Juvenis

SCE, 3-Castelo da Maia, 0

2.ª Divisão Nacional — Feminino

Ginásio Santo Tirso, 0-SCE, 3

Regional (do Porto) — Iniciados

Castelo da Maia-SCE (foi adiado)

SENIORES

Campeonato Nacional 2.ª Divisão (Masculino)

A.A.E., 1-Oliveirense, 3
(5-15); (15-7); (5-15); (14-16).

A.A.E. — Adriano, Monteiro, Matos, Melo, Figueiredo, Aragão, Beto, Fausto e Rodrigues.

(Feminino)

A.A. Coimbra, 3-A.A.E., 0
(15-6ç; (15-7); (15-3).

A.A.E. — Palmira, Lurdes, Dina, Tucha, Paula, Fernanda, Amélia e Filomena.

FASE FINAL DOS CAMPEONATOS REGIONAIS

INICIADOS

Leixões, 0-A.A.E., 3
(5-15); (15-17); (7-15).

A.A.E. — Maltez, Jorge, Rogério, Toni, Orlando, Lacerda, Sárria, A. Manuel, Rui Almeida e Ricardo.

Dr. Rogério Ribeiro

Médico Especialista de Medicina Física e Reabilitação

Consultórios: Rua 20 n.º 500-1.º
Telefone 921014 — ESPINHO
Rua Santa Catarina n.º 778-1.º
Telefone 33868 — PORTO

Dr. Ferreira de Campos

Advogado

Telefone 920805 Rua 11-877

ESPINHO

Dr. José Manuel Gomes de Almeida

Clínica Médica e Cirúrgica

Rua 19, 364-1.º — ESPINHO

Consultas marcadas pelo tel. 921218

José Luís F. Barbosa

MÉDICO ESPECIALISTA

Doenças dos ossos e Articulações
Consultas todas as 3.ªs-feiras a partir das 14 horas, na Policlínica do Dr. Miranda Valente — Rua 31 n.º 321 — Espinho — Telefone 920689, p. f. marcar consulta.

DR.ª EMILIA PEDROSA SANTIAGO

Doenças de Senhoras

Largo da Graciosa, 41-1.º

Telef. 921891

ESPINHO

Consultas — Dias úteis das 16 às 19 horas

A "Defesa" precisa de mais assinantes

Cartório Notarial de Espinho

A cargo da notária Lic. Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro.

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 28 de Fevereiro de 1975, lavrada de folhas 12 a 14 do livro de notas para escrituras diversas A-Número 40 deste cartório notarial de Espinho, ANTONIO FERNANDES DA SILVA PEREIRA e MARIA NOGUEIRA DA FONSECA, casados, residentes no lugar da Idanha, freguesia de Anta, deste concelho, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade adopta a firma ANTONIO FERNANDES DA SILVA PEREIRA, LIMITADA, e tem a sua sede no lugar da Idanha, freguesia de Anta, deste concelho, e a sua duração é por tempo indeterminado e o início da sua actividade reportar-se-á à data de um Janeiro de 1975.

SEGUNDO — O seu objecto é a execução e comercialização de quaisquer trabalhos de construção civil em terrenos próprios que para o efeito venha a adquirir, ou em terrenos alheios, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo da indústria ou de comércio que os sócios deliberem por simples maioria dos votos correspondentes ao capital e não sejam proibidos por lei.

TERCEIRO — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 750 000\$00 e corresponde à soma de duas quotas: uma de 600 000\$00 pertencente ao sócio António Fernandes da Silva Pereira e outra de 150 000\$00 pertencente à sócia Maria Nogueira da Fonseca.

Parágrafo único — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital e poderão os mesmos sócios fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, umas e outros, nas condições que a sociedade deliberar.

QUARTO — A gerência, dispensada de caução, pertence a ambos os sócios.

Parágrafo primeiro — A sociedade pode ser representada em juízo e fora dele por qualquer dos gerentes, bastando também a assinatura de qualquer destes nos actos de mero expediente. Em quaisquer outros actos que impliquem obrigações para a sociedade, tais como títulos de crédito e contratos de empreitada, é indispensável e suficiente a assinatura ou intervenção do gerente António Fernandes da Silva Pereira. Em caso de falecimento deste ou de doença que o impossibilite de exercer a gerência e ainda nos actos e contratos entre o mesmo e a sociedade, esta ficará obrigada mediante a assinatura de qualquer dos outros gerentes.

Parágrafo segundo — A gerência fica desde já autorizada a adquirir, vender ou trocar viaturas automóveis em serviço e no interesse da sociedade.

Parágrafo terceiro — O gerente António Fernandes da Silva Pereira poderá livremente fazer-se substituir na gerência,

cia, com os poderes que lhe são inerentes, mesmo por pessoa estranha à sociedade e mediante procuração bastante.

Parágrafo quarto — A sociedade poderá constituir mandatários comerciais para os efeitos do disposto no artigo duzentos cinquenta e seis do Código Comercial.

QUINTO — As cessões de quotas a estranhos dependerão do consentimento do sócio António Fernandes da Silva Pereira e da sociedade, mas esta também poderá usar dos direitos de opção ou amortização pelo valor referido no parágrafo primeiro do artigo seguinte, devendo todavia, e sob pena de caducidade desses direitos, exercê-los no prazo de trinta dias após serem-lhe comunicados, por carta registada, com aviso de recepção, os elementos essenciais da projectada cessão.

SEXTO — É também permitida a amortização de quotas no caso de morte ou interdição de qualquer sócio e quando se verifique a venda forçada da quota, devendo a deliberação sobre a amortização ser tomada no prazo de trinta dias a contar do conhecimento que a sociedade tenha de qualquer desses factos.

Parágrafo primeiro — O valor da quota para efeitos de amortização será o que resultar do último balanço aprovado.

Parágrafo segundo — O pagamento do valor da amortização e dos demais valores correspondentes à quota amortizada será efectuado em três prestações anuais e iguais e sucessivas, com vencimento no dia um de Abril do ano seguinte àquele em que se verificar o facto que permitiu a amortização.

SETIMO — Enquanto qualquer quota se mantiver indivisa os seus diversos co-proprietários ou os diversos participantes no património em que ela estiver integrada designarão um entre si que a todos represente na sociedade.

OITAVO — Salvo nos casos em que a lei exija outras formalidades, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, enviadas aos sócios, com pelo menos, oito dias de antecedência.

NONO — Para além da criação e reintegração do fundo de reserva legal, a sociedade poderá ainda criar outros fundos desde que para a formação destes não retire dos lucros líquidos apurados anualmente importâncias que excedam a percentagem de mais de vinte por cento além da necessária para criação e reintegração do primeiro.

DÉCIMO — A sociedade poderá dissolver-se por simples vontade do sócio António Fernandes da Silva Pereira.

Está conforme ao original.

Espinho e cartório notarial, 28 de Fevereiro de 1975.

O Ajudante do Cartório,

José dos Santos Sil

Cartório Notarial de Espinho

A cargo da notária Lic. Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro.

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 4 de Março de 1975, lavrada de folhas 18 verso a 20 verso do livro de notas para escrituras diversas B-Número 40 deste cartório notarial de Espinho, o senhor MANUEL AUGUSTO GOMES DE AZEVEDO cedeu a MANUEL TEIXEIRA a sua quota de 50 000\$00 que possuía na sociedade comercial «AZEVEDO, BRITO & MARTINS, LIMITADA», com sede em Silvalde, deste concelho, e FERNANDO DE OLIVEIRA MARTINS dividiu em duas a sua quota de 50 000\$00 que possuía na mesma sociedade, cedendo uma igual a 25 000\$00 ao dito MANUEL TEIXEIRA e cedendo a outra de igual valor nominal de 25 000\$00 ao consócio ARMANDO BRITO DE OLIVEIRA renunciando, em consequência, às suas funções de gerentes e autorizando que a firma social continui sem alteração.

Mais certifico que, feita a unificação das quotas, foi dada nova redacção aos artigos terceiro e sexto do respectivo pacto, assim:

TERCEIRO — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de 150 000\$ e corresponde à soma das quotas dos sócios do seguinte modo: Manuel Teixeira, com uma quota de 75 000\$00 e Armando Brito de Oliveira, com uma quota de 75 000\$00.

SEXTO — A representação da sociedade em juízo ou fora dele, será feita pelos sócios, Manuel Teixeira e Armando Brito de Oliveira, que desde já são nomeados gerentes.

Parágrafo primeiro — Os actos e contratos que, pela sua natureza, envolvam responsabilidades para a sociedade, terão de ser firmados por ambos os gerentes.

Parágrafo segundo — A sociedade será estranha a quaisquer actos ou contratos firmados pelos gerentes em letras de favor, fianças, abonações ou outros semelhantes.

Parágrafo terceiro — Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência, no todo ou em parte, em pessoas estranhas à sociedade ou nos seus consócios, sendo necessária a autorização da socie-



RESIDÊNCIA
1.ª CLASSE
* * * * *

GIRASSOL

RUA SA DA BANDEIRA, 133
TEL. 21891/2/3 — PORTO.PORTUGAL

Todos os quartos com banho
Todas las habitaciones con baño
Toutes les chambres avec salle de bain
Every room with bath

RESTAURANTE
TELEFONE 2 7 3 9 3
MARISCOS — PRATOS REGIONAIS
BACALHAU E TRIPAS A MODA DO PORTO
TODOS OS DIAS — AS 5as E DOMINGOS
FEIJOADA A BRASILEIRA

GENTIL GOMES DA COSTA

PROPRIEDADES COMPRA · VENDA

Rua Fernandes Tomás, 664
Telefs. 380834 · 311991 · 381032
PORTO



MEDIADOR AUTORIZADO

TELE-ROCHA Rua 31 n.º 469
Telef. 920325-977

Importador Electrodomésticos EDESA

BOSCH — KREFFT — ARISTON

RÁDIO E T.V.: BLAUPUNKT — LOEWE-OPTA

INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS CANALIZAÇÕES

CARTUCHOS COM MÚSICA 80\$00 CASSETES COM MÚSICA 60\$00

TÉCNICOS ELECTRÓNICA E ELECTRODOMÉSTICOS

MÓVEIS ● ALCATIFAS

PESSOAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA

PINTURARTE Tecnicamente especializado em todo o género de Pintura Artística, Móveis de Adorno e todo o género de objectos de decoração.

Armando Alves Ribeiro

Desenhador — Pintor de Arte

Rua 18, n.º 943 — **ESPINHO** — Telefone, 921412

MARMORES E GRANITOS

MÁRMORES PARA TODAS AS APLICAÇÕES

VITORINO LOPES DA CRUZ

TELEF. 920565 — M.te Lírio — **ESPINHO**

Novas Instalações da Oficina de Mármore — Rua 7 N.º 561

CASA LUCIANA Boutique

Rua 19 n.º 318 — **ESPINHO**

Representante em **ESPINHO** dos Brinquedos «SÓBRINCA» e dos artigos de viagem «TAURO»

Carteiras de Senhora, Sacos de Praia e Viagem,
Calçado, Artigos de Fantasia — **NOVIDADES!**

Contabilista

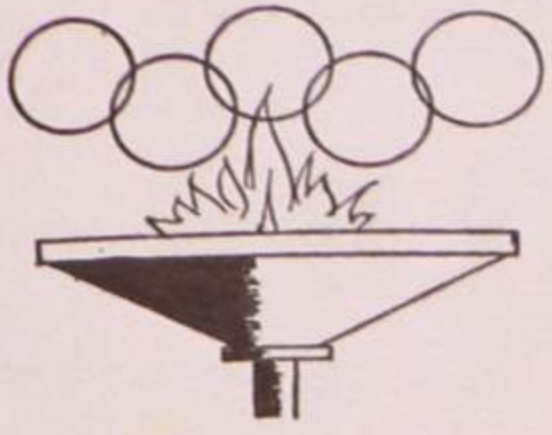
GRANORTE — Granulados de Cortiça do Norte de Portugal, Lda., com sede e escritórios em RIOMEÃO/FEIRA, admite GUARDA-LIVROS de preferência com conhecimentos de Francês e Inglês.

Pede-se curriculum vitae

dade quando em pessoas estranhas à mesma.

Está conforme ao original.
Espinho e cartório notarial, 6 de Março de 1975.
O Ajudante do Cartório,
José dos Santos Sil

Parágrafo quarto — Os gerentes são dispensados de prestação de caução e terão a remuneração que for fixada em assembleia geral.



desporto



Desporto é política

Como todo o fenómeno social, o desporto tem bases materiais; económicas e políticas. O desporto não é uma ideia, nem um valor, uma abstracção qualquer que se poderia julgar boa ou má; é uma prática exercida em certos lugares, a necessitar de administradores, de regulamentos, de dinheiro, de tempo, de publicidade, de educação para poder existir.

O desporto é uma instituição, isto é uma forma social visível, com uma organização jurídica e material; um conjunto de normas, de condutas a executar e de sanções. Aceitando que — «o que é simbólico numa instituição é o facto de representar num sector particular da prática social, o sentido de todo o sistema social» — temos que a instituição desportiva como reflexo de uma sociedade, apenas tem sido posta em discussão ou examinada no plano da forma, através das tentativas de reforma, daqueles que reclamam um bom desporto com bons mestres, bem ensinados, boas condições de trabalho, boas instalações desportivas, bons meios financeiros, etc....

Assim tentaremos aqui demonstrar a essência do desporto, aquele de que falava Pierre de Coubertin (fundador dos Jogos Olímpicos) ou seja o desporto praticado pelos filhos família, por aqueles que tinham tempo e dinheiro para isso, e a sua transformação a nível quantitativo (a massificação desportiva) conservando embora as mesmas estruturas ideológicas. Contribuindo para o equacionar e desmistificar, tendo em conta o que diz R. Barthes: «o mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente purifica-as, fundamentando-as na natureza e na eternidade.»

Partindo duma análise marxista de que a «infra-estrutura» condiciona a «super-estrutura» ou seja o sistema económico de cada época, condiciona a expressão ideológica da sociedade (os valores, a moral, o direito, jurisprudência, comportamentos, em suma: as Instituições). Assim o aparelho ideológico do Estado (concebido este não como neutral, mas sim a expressão de uma classe dominante detentora dos meios de produção) que é a instituição desportiva, inscreve-se no quadro das relações de produção (ou seja as relações entre aqueles que nada têm a não ser a sua força de trabalho que vendem para subsistir e os que nada produzem mas detêm os meios de produção) que determinam fundamentalmente a sua estrutura interna, a sua natureza profunda. Assim o desporto moderno está ligado ao aparecimento do mecanismo industrial e ao tipo científico, técnico, da organização da produção.

Aparece-nos então o desporto como: elemento ou reflexo da estrutura industrial capitalista!!!

A corrida para o lucro na base da apropriação privada, engendra a guerra de todos contra todos, a luta pela existência.

Em todos os sectores da vida social e cultural, instaura-se a competição entre os indivíduos e os grupos, com os inevitáveis efeitos: mito do êxito, agressividade e conflito, egoísmo e inveja. Em resumo: a concorrência e a competição prevetem todas as relações humanas, até as mais elementares, como as do homem e da mulher. A lei da concorrência está integralmente representada na organização de concursos e campeonatos desportivos (Jogos Olímpicos, Mundiais, Europeus...) e engendra necessariamente em todos os níveis a procura do máximo rendimento (lucro). O esquema competição-rendimento-medida-record (máximo lucro) é perfeitamente o reflexo do modo de produção capitalista. O desporto é a teoria e a prática do corpo como rendimento máximo. Tornou-se a ciência experimental do rendimento corpóreo. Sob o ponto de vista político, o desporto mundial de competição tornou-se numa corrida ao rendimento, empreendida por milhares de atletas de Estados solidamente enquadrados. A técnica e o treino corporal adaptam estruturalmente o princípio do funcionamento da produção capitalista, a racionalização pelo cálculo sistemático. No quadro de uma civilização Urbana e Industrial, dominada cada vez mais pelo maquinismo e pela automatia, as técnicas do corpo, tendem para se assemelhar profundamente aos diversos movimentos da máquina. A especialização desportiva é um facto patente. Esta especialização é a consequência mais directa da prática do rendimento (lucro) que comanda igualmente a divisão, sem cessar, crescente, da divisão do trabalho. No trabalho, como no desporto, o «indivíduo total» é dividido, transformado numa engrenagem automática de um trabalho parcial, atrofiado até ser apenas anomalia, um crescimento monstruoso de uma capacidade laboriosa ou desportiva, elevado ao seu último desenvolvimento. Há uma faculdade que é destacada do conjunto da personalidade, objectivada em relação a ela, e que se torna em coisa em mercadoria. Assim as capacidades desportivas tornam-se em coisas (que o desportista faz valer no mercado desportivo, comparando-as a outras coisas do mesmo tipo por meio da competição). Existe realmente um mercado do emprego dos desportistas (por exemplo, dos futebolistas, que são cotados como mercadorias e que são vendidos, no sentido próprio do termo, por meio de um contrato).

Ainda haveria mais a dizer (o herói desportivo, cultura desportiva, clubes e federações, alienação desportiva, espectáculo desportivo, moral e fair-play.....), mas preferimos ficar-nos por aqui, tendo presente aquilo que a ideologia dominante explora: «o desporto como valor em si mesmo afastado das realidades sociais».

Desporto é política?

Carlos Prata

Destruidas (finalmente e para sempre talvez) as ideias (carunchentas) do presidente da Ass. de Patinagem de Aveiro

Ainda havia dúvidas. Eu não as tinha. Ainda havia esperanças, essas tinha-as o sr. Presidente da Associação de Patinagem de Aveiro. Eu não tinha dúvidas, pois, após a mudança da sede, por decisão de assembleia geral, o lugar da Académica era, em toda e qualquer modalidade desportiva, no âmbito portuense. Eu não tinha dúvidas, porque, bolas, agora queremos confiar nos dirigentes da hierarquia desportiva e o Secretário de Estado dos Desportos havia decidido despachar pela permanência da Académica no Porto, relativamente ao hóquei em patins, pois, como tantas vezes defendi, de há meses a esta parte e nas colunas da Imprensa, optar pelo contrário, operar uma modificação, antes de acontecer o ENDO, era erro crasso, óptica torcida, falta de noção das realidades. Sim, porque o ENDO quer repensar, para reformar e reformular, o desporto português, ante as sua verdadeira e irrefutável realidade, e as realidades da vida portuguesa. Mas o sr. Presidente da Associação de Patinagem de Aveiro continuava a duvidar. E, tanto, que cuidou de noticiar para a Imprensa que só depois de nova reunião com o Secretário de Estado dos Desportos o problema seria resolvido. Então, esperaria que ele voltasse atrás?

O seu estranho desconhecimento das realidades do desporto português, não venceram, nem podiam vencer, até porque agora há algo mais forte que as «cunhas políticas». E o sr. Presidente sofreu uma decepção. Todavia, a solução foi a melhor resposta para quem, sabendo trabalhar em prol duma modalidade numa zona, portanto estando a par com as verdades, resorteu, pura e simplesmente, fazer da questão «ponto de honra».

Ora, sr. Presidente da Associação de Patinagem de Aveiro, a razão estava do lado da Académica. Não agora. Há muitos anos! Como o sr. Presidente não nos quis acreditar, tem aí também a resposta do ENDO, quando, na 1.ª parte das suas conclusões, refere:

- 1.º A regionalização só é possível através duma descentralização.
- 2.º A regionalização não deve ser limitada a divisões administrativas, mas adaptada a condições sócio-económicas e culturais da vida portuguesa.
- 3.º Deve orientar-se indo ao encontro dos interesses das maiorias.
- 4.º A Direcção Geral compete traçar os limites fundamentais de acordo com a realidade nacional.
- 5.º Deve atender às características da prática desportiva de cada região
- 6.º Deve assentar segundo um tipo de estruturas e psicologias adequadas.
- 7.º Deve ter em conta as inicia-

tivas tomadas por grupos populares e toda a comunidade.

Atente nisto, sr. Presidente, leia sobretudo os pontos 2, 3 e 4 e, confesse, nós, em Espinho, somos realistas, progressistas, actualizados, há um ror de anos. Não é impunemente que somos o 1.º centro desportivo aveirense. Não fol em vão que sofremos a influência benéfica do Porto, até no capítulo desportivo.

O ENDO respondeu-lhe, sr. Presidente. Expressou, claramente, a nossa ideia e das maiorias, nas conclusões acima. Creio, sr. Presidente, que não adianta continuar utópico. Os bons desportistas, aceitam a «derrota», dão o braço a torcer, rectificam processos, actualizam-se, metem-se nas coordenadas em vigor e agradecem a quem, tantas vezes, em vão, os quis conduzir pelo caminho acertado.

E não vale a pena demitir-se. A sua Associação atingiu óptimo grau sem a Académica e por mor do seu trabalho e entusiasmo. Desistir não parece de desportista. Tem de fazer um «mea culpa», tem de rectificar ideias e processos e saldar «slogans» cheios de caruncho. Aliás, sr. Presidente, se a regionalização só é possível através duma descentralização, adaptada às condições sócio-económicas e culturais da vida portuguesa, devendo orientar-se indo ao encontro dos interesses das maiorias, então o sr. Presidente ainda vai sofrer mais desgostos quando Espinho reivindicar a sua qualidade de zona para descentralização, captando uma área que abrangerá desde São João da Madeira, Gaia e, possivelmente, parte do Porto. E então, Sanjoanense, Lamas, Esmoriz, Oleiros, etc., tudo virá para este lado.

São as realidades do nosso desporto, como tanto lhe preguei sr. Presidente! São as realidades da vida portuguesa, como tanto lhe afirmei, sr. Presidente!

Não, sr. Presidente, se tem interesse em que eu acredite em tudo quanto me afirmou, na sua boa fé, amizade por Espinho, veneração pelo hóquei em patins, confesse publicamente o seu erro, não se demita e continue a trabalhar da melhor maneira, na futura zona que lhe couber. É uma atitude de carácter e de desportista. E creia, pela minha parte, continuo a afirmar-lhe homens como o sr. Presidente, lutadores indómitos, são indispensáveis, quando viverem com os pés ausentes na terra e não sonharem alto ou quiserem armar em ditadores de ideias ultrapassadas, esquecendo-se de que os outros também pensam e mais claramente quando, acima de tudo, amam o desporto e não são tolhidos por facciosismos clubistas ou regionalistas fora de uso há décadas.

Carlos Sárria

Neste interregno do «nacional» façamos o balanço do comportamento da equipa espinhense neste seu primeiro campeonato entre a fina flor do futebol lusitano.

Ao olharmos a pauta classificativa e os jogos que faltam (seis) com o Oriental, Belenenses e Académico (casa) e Sporting, Olhanense e Futebol Clube do Porto (fora), teremos de concluir realisticamente que está mau e as hipóteses são poucas, relativamente à manutenção.

De facto, o Sporting de Espinho, nesta altura, ocupa a última posição alcançada do Olhanense, ambos com 13 pontos e têm o Académico com 15, Oriental com 16 e Tomar com 19 pontos. Cinco (quatro?) equipas para os quatro últimos postos, sendo dois de descer e dois de ir à «liguinha». Mas, para percebermos melhor o comportamento dos «tigres», rebusquemos a linguagem dos números. Os espinhenses são das equipas com menos vitórias na prova: 4; em contrapartida, das que têm mais derrotas: 15. Em golos marcados (20, média de 0,333 por jogo, ou seja menos de 1 nos 24 encontros disputados) só o Oriental está pior; nos sofridos (48, média de 2 por jogo) há três equipas atrás dos «tigres». Relativamente aos jogos em «casa», os locais obtiveram 4 vitórias, 2 em-

FUTEBOL O SCE E O FUTURO

pates e 6 derrotas, totalizando 10 pontos e 16-22 em golos em 12 jogos. Portanto, 10 pontos (só uma equipa está atrás) em 24 possíveis, apenas 41 por cento; 4 vitórias em 12 possíveis, só 33,3 por cento; 6 derrotas em 12 jogos, portanto 50 por cento de desaires, enquanto que os empates, 2 portanto, representam 16,6 por cento. Quanto a golos «cazeiros», há três equipas piores e duas iguais, no entanto a média é de 1,333 por jogo; para os sofridos, isto é 22, uma média de 1,833, os «tigres» têm o primeiro posto. Em encontros «fora», os espinhenses são a única equipa sem um único triunfo! Conseguiram 3 empates e 9 derrotas (75 por cento de desaires), alinhando ao lado dos que perderam mais; apenas obtiveram 4 golos (0,333 média por jogo), e só há uma turma menos rematadora; sofreram 26 tentos (2,166 de média por jogo) tendo 3 equipas depois de si; nos pontos obtidos «fora», só 3, ninguém

faz pior, até porque a equipa que iguala a dos «tigres» tem menos um jogo.

Ora, ante estes números, talvez seja possível achar explicações lógicas para a posição da equipa, pois o seu poderio atacante é dos mais fracos da prova e, sem golos, não se ganham jogos para amealhar pontos. Por exemplo, também é difícil acalantar esperanças quando, em «casa», só se conseguem 41 por cento dos pontos possíveis, pois bastaria ter-se alcançado 66,6 por cento (8 vitórias, 16 pontos, admitindo os desaires contra os mais fortes, com o desperdício de 8 pontos) para a situação ser quase de tranquilidade agora. De resto, para uma equipa se defender do espectro da descida ou «liguinha» tem de conseguir algum pécullo em terreno alheio e, apenas, três pontos nesta altura da prova, com 80 por cento dela decorrida, é escassíssimo.

Outros números dos que aí ficam, evidenciam, com clareza, na sua fria ex-

pressão, a realidade da posição do Sporting de Espinho na tabela, não adiantando falar de sorte e azar, nem do plantel de jogadores. Com os que havia, era bem possível ter-se alcançado outra posição e, agora, se nem tudo está perdido, o horizonte apresenta-se negro, muito mesmo sendo imprescindível vencer os 3 encontros em «casa», dois dos quais com equipas empenhadas na mesma «luta» (Oriental e Académico) e conseguir pontuar «fora» (Olhanense?), porquanto se espinhenses não obtiverem 20/21 pontos dificilmente escaparão aos dois postos de descida automática. Com a pontuação aludida, deve conseguir emparcelear com Académico (ou Oriental) na «liguinha».

Claro, prognosticar em futebol é difícil, pois, felizmente, em futebol não jogos antecipadamente ganhos. É tão difícil que, com o começo do campeonato da equipa espinhense, ninguém teria o arrojo de, neste momento, achar que o futuro está «negro» e considerar o encontro de amanhã, contra o Oriental, como fundamental para a turma dos «tigres» que se o empatar ou perder pode dizer adeus às esperanças na continuidade da permanência na 1.ª divisão, sonho lindo que ninguém queria (e esperava?) de ida e volta.

C. S.

LUSITÂNIA, 26-74 PROBLEMAS

Dona Aurora queixou-se, a si própria, do cansaço que sentia, porque Maria, a criada, estava a lavar a roupa da semana, e, por isso, pensava que a não devia chamar como às vezes sucedia, quando pretendia que alguém a escutasse sobre a sua fadiga ou as suas doenças. De facto, Maria era a única pessoa que a podia ouvir falar de cansaço e de doenças porque o marido fazia ouvidos de mercador e ela sabia perfeitamente que não podia lamentar-se longamente diante das amigas.

Além do cansaço, Dona Aurora tinha outro problema. Estava sumamente aborrecida com o que tinha por uma grande desconsideração que Francelina, a pessoa que até então considerava como a sua melhor amiga, lhe acabava de fazer. Era que a Comissão de Auxílio às Vítimas dos Vermelhos, em Espanha, andava angariando fundos e ela e a Francelina tinham combinado que os donativos de ambos haviam de ser iguais. Era uma questão melindrosa porque a Presidente da Comissão local era a Clodomira, que estava casada com o Presidente da Câmara Municipal, e as vogais eram nada menos do que a Generosa, a Pulquéria e a Fernandina, além de (o que era muito importante) a Presidente Honorária ser a Fabiana que tinha casado com o ex-ministro. Ora o quantitativo que haviam de ofertar fora baseado no que a Prazeres, a Tolentina, a Sinfrosa e a Deodata já tinham dado. Ela tinha honrado a sua parte do compro-

misso, mas acabara por saber que a Ambrósia tinha contado à Deodata que a Pulquéria tinha contado à Fernandina que a Fabiana tinha contado à Prazeres que a Francelina dera o dobro! Isto, nas suas costas. O que era não só uma grande falta de palavra como a iria colocar numa situação embaraçosa perante toda a Comissão em geral e a Fabiana muito em particular. Além de ir ser criticada por avareza, ou por coisa ainda pior, haveria ainda de entrar em linha de conta com a probabilidade de lhe poderem assacar a acusação de estar a ajudar, ainda que inconscientemente, os vermelhos a implantar o bolchevismo em Espanha.

Porque havia gente mal intencionada, já para não falar de certas amigas. Ela, às vezes, pensava que os comunistas eram homens com barba de quinze dias, que odiavam as religiosas, quem tivesse contas privadas nos bancos ou papéis de crédito e se propunham acabar de vez com as criadas. Era a sua parte negativa. Por outro lado, achava-os truculentos e grandes violadores de freiras e de senhoras. E deviam cheirar mal. O que secretamente reconhecia ser uma faceta não de todo destituída de encanto.

Para esquecer a afronta de Francelina resolveu chamar mesmo a Maria e pôr-se a falar-lhe do seu cansaço. Depois, mandá-la-ia preparar uma chávena de chá. Eram horas disso.

EDUARDO MATOS

GAZETILHA

TRABALHO — É ACÇÃO!

«—O que é fundamental é compreender
Que nada se fará sem trabalhar;
Só trabalhando, podereis vencer
O caos, de que sentis o aproximar!» —

Assim falam, exortam, assim pregam
Assim se escrevem folhas e panfletos...
Os que mais alto berram, mais se negam
E enquanto o povo sua — ficam quietos.

Diz um ao povo que o trabalho é escola
De Vida são — mas lá ninguém o avista...
Pensa que, por jogar no totobola,
Faz parte dum plantel futebolista!

O exemplo é tudo! Não basta comandar:
—«Pôr mãos à obra!» — O fulcro da questão
É fazer coisas, por muito que custar
Passar da inércia à produtiva acção!

A paga e o esforço humano andam a par;
Pouco mais dá que o pão — é sua sina.
(Embora possa à bruta inda ganhar
Quem explora «concessões» — rendosa «mina»!)

Mas Povo — não é ser capitalista,
Fruir riqueza à custa dos irmãos!
Povo — não sabe ser oportunista,
Arrecadando o que lhe cai nas mãos!

No construir difícil e moroso,
Verboso espalhafato é coisa estulta!
Por mais que o trabalhar seja penoso,
Para o País — é a arma que resulta!

Alberto Barbosa (BEKA)

UM OLHAR SOBRE ANTIGOS ACONTECIMENTOS

Aspectos recreativos de outros tempos

Já nos referimos ao largo da Nossa Senhora da Ajuda mas demos apenas a urbanização do lado poente. Hoje porém, antes de entrar no assunto que desejamos focar, diremos que do lado norte havia a igreja e um prédio de dois pavimentos onde estava instalado o Hotel Universal. Do lado nascente, a começar na rua 19, justamente onde se encontra o Café «On-da», para o norte havia um quarteirão de prédios dos melhores que não existiam e no gaveto da rua 17 e largo, funcionava num grande edifício o segundo Hotel Universal, e noutro sector, a primeira Câmara Municipal, porque o primeiro já tinha sido destruído pelo mar. Por coincidência no seu lugar existe hoje o «Hotel Praia Golf»!

Enquadrados pois, todos os edifícios virados para o Largo da Nossa Senhora da Ajuda. Os mais interessados podem verificar em documentário fotográfico o que aqui fica dito na exposição permanente no Grémio do Comércio.

Assim, o referido Largo, tornou-se — como é uso dizer, na sala de visitas de Espinho, e nós acrescentaremos que também serviu de grande palco de exibições de características recreativas.

Naquele tempo, em que só o Teatro representado estava em franca ascensão, e de boa qualidade que era, mas um tanto longe de ser acessível a toda a gente mais por falta de cultura, menos por falta de meios, pois as platéias tinham sempre um sector a preços populares, a que deram o nome de galeria.

Nós também já tínhamos o «Teatro Aliança».

O povo presenciava em lugares próprios, ou às vezes até em plena rua, muitos e variados espectáculos de feição recreativa, a que os programas, por seu lado, se denominavam como artísticos, a maior parte das vezes sem justificação, mas hoje também há disso!...

Ora o Largo da Senhora da Ajuda, como acima dissemos, tornou-se num grande palco de exibições de conjuntos ambulantes de variadíssimos matizes. Lembramo-nos ter por aqui passado algumas vezes o «Teatro da Família Rentini» barracão misto de madeira e lona, em peças desmontáveis, muito bem tratado. Possuía uma plateia bastante ampla e um pequeno palco. Levava à cena peças populares das quais nos recordamos do: Amor de Perdição, Rosa do Adro, Zé do Telhado, etc. Naquela altura parecia-nos serem bons os artistas, e com razão, pois destes conjuntos saíram muitos artistas que se destacaram no teatro profissional, marcando posição de relevo!

Por aqui passaram formações de palhaços de variadíssimas especialidades relativas ao género de trabalho, umas a encobrir miséria, outras com certo desafogo económico. Algumas formações já usavam um arremedo do duo cómico que mais tarde evoluiu em grande nos circos de fama: Roquim, Alex, etc.!

Os homens dos ursos, também não faltavam em certas épocas. Lembramo-nos dum urso muito preto e grande que trabalhava com açaimo, diziam que era

ainda muito selvagem. O homem tocava um pandeiro grande e o par, pronunciava uma algaraviada a que o animal obedecia, mas não passava disso!

Também por aqui vinham composições de variados elementos que montavam estrados em feição de palco, e nele exibiam: comédias burlescas, facécias, trechos musicais, pequenas opéretas, etc. Os intérpretes não mostravam qualquer sinal de miséria e as indumentárias na sua boa aparência reflectiam certo brilho!

O público sempre numeroso correspondia quando passava a bandeja do peditório e não arredava pé, como por vezes acontece nesta espécie de espectáculos em plena rua!

As exibições anunciavam-se com horas certas.

Aqui vinha fazer a sua safra, de tempos a tempos, o homem que trazia um grande realejo automático, montado num carrinho puxado por jeriquinho. Por dez reis tocava uma peça de música das mais populares em voga, mas quando não havia voluntários, fazia ele a festa por conta e depois pedia.

Havia um outro que conduzia um pe-

queno realejo que, por meio duma manivela executava certos trechos de música. O peditório estava a cargo dum pequeno sagui muito gracioso e ladino, que recebia as moedas num pequeno prato de folha. Caía bem depressa na simpatia da garotada que lhe dava amendoins. Então tornava-se engraçado vê-lo pousar o prato no chão com toda a calma e comer a gulodice! O homem não gostava nada da brincadeira, mas o certo é que o facto em si dava motivo a um inesperado atractivo!

Os prestidigitadores e malabaristas, lá vinham por sua vez nas épocas próprias e sem dúvida sempre atraentes com a qualidade dos seus pequenos espectáculos, revestidos de truques e habilidades que o público gostava de ver!

Em peregrinação quase constante, os vendedores de elixires vinham fazer o seu presumível rendoso negócio. Apresentavam-se esmeradamente vestidos, homens bem falantes, sabendo manejar o público. Montavam uma banca recheada de frascos e pacotes de medicamentos destinados a curar as dores dos dentes e reumáticas.

(Continua na página 7)

Gamara Municipal de Espinho
Rua -17
ESPINHO

SEMANÁRIO
AVENÇADO